

LAURA KAROLINY ALVES URQUIZA DOS SANTOS

**VALORIZAÇÃO SOCIAL DO PATRIMÔNIO
ARQUITETÔNICO DA ZONA DE ESPECIAL DE INTERESSE
CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DE CAMPO GRANDE/
MS NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO/DOCTORADO
CAMPO GRANDE - MS
2018**

LAURA KAROLINY ALVES URQUIZA DOS SANTOS

**VALORIZAÇÃO SOCIAL DO PATRIMÔNIO
ARQUITETÔNICO DA ZONA DE ESPECIAL DE INTERESSE
CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DE CAMPO GRANDE/
MS NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local Mestrado / Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação da Professora Doutora Maria Augusta de Castilho.

Linha de Pesquisa: Linha 1 - Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO/DOCTORADO
CAMPO GRANDE - MS
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

Santos, Laura Karoliny Alves Urquiza dos

S237v

Valorização social do patrimônio arquitetônico da zona de especial de interesse cultural do Centro Histórico de Campo Grande/MS na perspectiva do desenvolvimento local / Laura Karoliny Alves Urquiza dos Santos; orientadora Maria Augusta de Castilho. 2018.
82 f. : il.

Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2018.

1. Patrimônio cultural - Campo Grande, MS 2. Patrimônio cultural - História 3. Planejamento regional 4. Centro Histórico de Campo Grande, MS I. Castilho, Maria Augusta de II. Título

CDD – 728.098171

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Valorização social do patrimônio arquitetônico da zona de especial de interesse cultural do Centro Histórico de Campo Grande/MS na perspectiva do desenvolvimento local

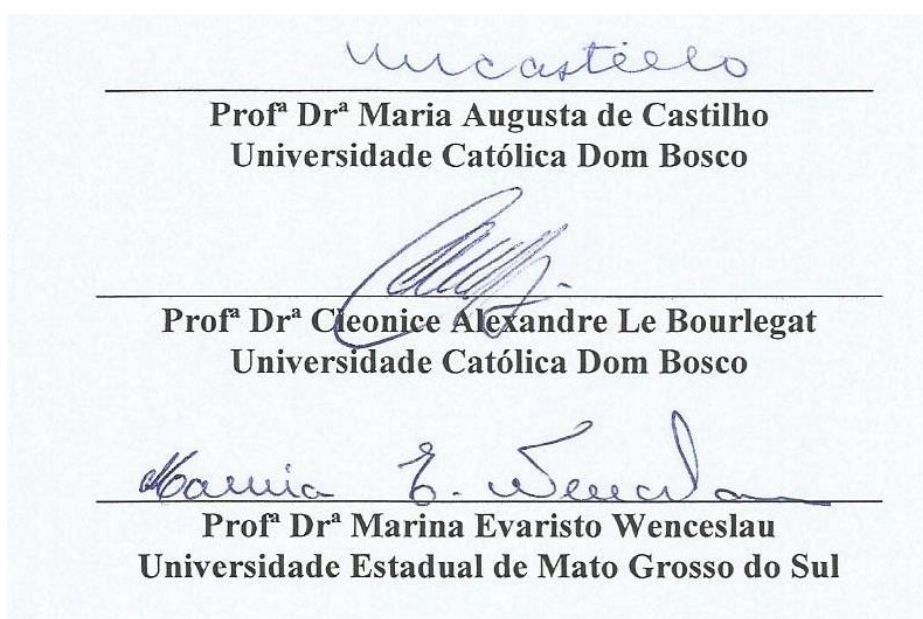
Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades

Linha de pesquisa: Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 23 / 02 / 2018

BANCA EXAMINADORA



Aos meus avós Raimunda Alves de Freitas e Rubens Urquiza de Freitas (in memoriam), aos meus pais Ana Karla Alves Urquiza Gomes e Luiz Carlos Garcia Gome, a minha irmã Luana Patrizia Urquiza Garcia Gomes e a Paula Helena Santa Rita, vocês são meu alicerce e a minha direção.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida.

À minha família e amigos que me apoiaram e que por muitas vezes tiveram que lidar com minha ausência sempre com muita compreensão e carinho.

Aos meus companheiros de trabalho, em especial à Elizabeth Costa Fabrício Moura que me auxiliou durante todo o processo, sem a parceria seria inviável conciliar as atividades.

Ao Professor Doutor Hemerson Pistori, que como meu gestor, flexibilizou a minha jornada de trabalho me permitindo realizar as atividades acadêmicas.

À minha orientadora, Professora Doutora Maria Augusta de Castilho, que me guiou por todo o processo com firmeza e competência, por ter confiado em mim, pelo carinho e dedicação.

À Professora Doutora Cleonice Alexandre Le Bourlegat, que por várias vezes parou suas atividades para dar suas sábias contribuições a minha pesquisa e principalmente a minha formação.

À Tatiane Machado, que com toda paciência e carinho me auxiliou com processos e documentações do curso, além das palavras de incentivo nos momentos de exaustão.

A todo o corpo docente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Local - Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco que com excelência me transmitiram seus conhecimentos e experiências.

*Grandes realizações são possíveis quando se dá
importância aos pequenos começos.*

Lao-Tsé

RESUMO

A representação social a respeito do território vivido está diretamente relacionada ao patrimônio histórico, por isso a sua preservação torna-se importante, não apenas por parte dos órgãos governamentais ou sociedade, mas também precisa ser agente do processo em desenvolvimento. O tombamento de patrimônio é o reconhecimento legal da importância de um bem patrimonial no Brasil, mas existem outras ações que podem sensibilizar o sentimento de preservação na população, como por exemplo, a definição de regiões de importância histórica no plano diretor da cidade. O estudo em tela analisou a cultura e a memória da população de Campo Grande - MS com relação aos patrimônios do centro histórico da cidade com a perspectiva para o desenvolvimento local. A amostragem foi definida por conveniência e dividida em dois grupos, sendo que um respondeu às perguntas por meio do Google Formulário; e o outro grupo foi abordado presencialmente na região do centro histórico e convidados a responder o questionário. O estudo foi voltado para identificar quais patrimônios ou monumentos são reconhecidos pela população com o símbolo da cidade e as respostas obtidas apresentaram que Campo Grande é reconhecida não apenas pelos patrimônios ou monumentos que possui exposto na região central, mas também por práticas culturais, fauna e flora específicas da região.

Palavras-chave: História. Memória. Cultura. Identidade.

ABSTRACT

The social representation regarding the lived territory is directly related to the historical patrimony, so its preservation becomes important, but not only by the governmental organs, the society also needs to be agent of this process. Heritage tallying is the legal recognition of the importance of heritage property in Brazil, but there are other actions that can sensitize the feeling of preservation in the population, such as the definition of regions of historical importance in the city's master plan. The screen study analyzed the culture and memory of the population of Campo Grande - MS in relation to the heritage of the historical center of the city with a perspective for local development. Sampling was defined for convenience and divided into two groups, one of which answered questions through Google Form; and the other group was approached face-to-face in the historic center region and invited to respond to the questionnaire. All the research was aimed at identifying which heritage or monuments are recognized by the population with the symbol of the city and the answers obtained showed that Campo Grande is recognized not only by the patrimonies or monuments that it has exposed in the central region, but also by cultural and for its fauna and flora characteristic of the region.

Keywords: History. Memory. Culture. Identity.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Colégio Oswaldo Cruz	37
Imagem 2	Complexo Ferroviário da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil	37
Imagem 3	Edifício do Rádio Clubede Campo Grande	37
Imagem 4	Loja Maçônica “Oriente Maracaju”	37
Imagem 5	Morada dos Baís	38
Imagem 6	Antigo prédio Quartel General da 9ª Região Militar	38
Imagem 7	Casa do Artesão	38
Imagem 8	Acervo de artes plásticas	38
Imagem 9	Canteiros centrais da Avenida Afonso Pena	39
Imagem 10	Edifício José Abrão (14 de Julho 2.311)	39
Imagem 11	Imóvel situado à Rua Barão do Rio Branco, 1.455	39
Imagem 12	Mercado Municipal Antônio Valente	39
Imagem 13	Parque Florestal Antôniode Albuquerque	40
Imagem 14	Residência situada à Rua Antônio Maria Coelho, 1.334	40
Imagem 15	Busto de José Antônio Pereira Av. Afonso Pena com Av. Calógeras	46
Imagem 16	Busto de Pandiá Calógeras - Praça Ari Coelho	46
Imagem 17	Estátua de Ari Coelho - Praça Ari Coelho	46
Imagem 18	Monumento da Imigração Japonesa - Praça do Rádio Clube	46
Imagem 19	Monumento aos Pioneiros (Dos Imigrantes - Carro de Boi) / (Monumento aos Desbravadores)	47
Imagem 20	Monumentos aos Pracinhas da Força Expedicionária Brasileira- Av. Afonso Pena	47
Imagem 21	Relógio - Av. Afonso Pena com R. Calógeras	47
Imagem 22	Busto de Vespasiano Martins - Igreja Matriz de Santo Antônio / Catedral Nossa Senhora da Abadia	47
Imagem 23	Estátua de Santo Antônio - Igreja Matriz de Santo Antônio / Catedral Nossa Senhora da Abadia	48
Imagem 24	Estátua de Vespasiano Martins - Praça do Rádio Clube	48
Imagem 25	Espaço Monumento Infinito - Praça do Rádio Clube	48

Imagem 26	Efígie de Pedro Pedra - Praça do Rádio Clube	48
Imagem 27	Monumento do Sobá (Feira Central)	49
Imagem 28	Efígie de Prof. Luiz Alexandre de Oliveira - Centro de Capacitação de RH da PMCG	49
Imagem 29	Fonte Luminosa - Praça Ari Coelho	49
Imagem 30	Monumento ao Artesanato - Praça do Imigrante	49
Imagem 31	Coreto - Praça Ari Coelho	50
Imagem 32	Índia Terena - Praça em frente ao mercado	50
Imagem 33	Os 10 Mandamentos - Praça Ari Coelho	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Grau de Escolaridade	51
Gráfico 2	Patrimônios arquitetônicos, museus ou monumentos da área central de Campo Grande - MS que os participantes da pesquisa conhecem	52
Gráfico 3	Patrimônios arquitetônicos, museus ou monumentos da área central de Campo Grande - MS que os pesquisados reconhecem como preservado	53
Gráfico 4	Grau de conhecimento do que é tombamento de patrimônio histórico	53
Gráfico 5	Patrimônios identificados pela população como sendo tombados	54
Gráfico 6	Espaços culturais que as pessoas abordadas frequentam	54
Gráfico 7	Participação em programa de educação patrimonial	55
Gráfico 8	Amostragem de pessoas que costumam levar visitantes de outras cidades para conhecer Campo Grande - MS	55
Gráfico 9	Locais que as pessoas costumam levar seus convidados para conhecer em Campo Grande - MS	56
Gráfico 10	Amostragem de pessoas que já viram bens patrimoniais depredados	56
Gráfico 11	Bens patrimoniais que já foram vistos depredados	57
Gráfico 12	Bens patrimoniais reconhecidos como símbolo de Campo Grande - MS	57
Gráfico 13	Grau de Escolaridade dos participantes da pesquisa	59
Gráfico 14	Patrimônios arquitetônicos, museus ou monumentos da área central de Campo Grande - MS que as pessoas conhecem	59
Gráfico 15	Patrimônios arquitetônicos, museus ou monumentos da área central de Campo Grande - MS reconhecidos como preservado	60
Gráfico 16	Grau de conhecimento do que é tombamento de patrimônio histórico	60
Gráfico 17	Patrimônios identificados, no questionário, como sendo tombados	61
Gráfico 18	Espaços culturais que as pessoas frequentam	61
Gráfico 19	Participação em programa de educação patrimonial	62
Gráfico 20	Amostragem de pessoas que costumam levar visitantes de outras cidades para conhecer Campo Grande - MS	62

Gráfico 21	Locais que as pessoas costumam levar seus convidados para conhecer em Campo Grande - MS	63
Gráfico 22	Amostragem de pessoas que já viram bens patrimoniais depredados	63
Gráfico 23	Bens patrimoniais que já foram vistos depredados	64
Gráfico 24	Bens patrimoniais reconhecidos como símbolo de Campo Grande - MS	64

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL	15
2.1 Patrimônio histórico-cultural e arquitetônico	15
2.1.1 Patrimônio: origens e avanços do conceito	15
2.1.2 Patrimônio histórico-cultural no planejamento urbano	17
2.1.3 Patrimônio arquitetônico: definição da declaração de Amsterdã	18
2.2 Território e Patrimônio	18
2.2.1 Território: dimensões e significados complementares	18
2.2.2 Território e patrimônio: correspondências conceituais	21
2.3 Desenvolvimento local e o papel da territorialização/patrimonialização	22
2.3.1 Desenvolvimento local: conceito	22
2.3.2 Papel da territorialização/patrimonialização no desenvolvimento local	23
2.4 Valorização histórico-cultural do patrimônio arquitetônico e o sentimento de pertença territorial	23
2.4.1 Memória e valorização histórica do patrimônio arquitetônico	24
2.4.2 Valorização cultural do patrimônio arquitetônico	25
2.4.3 Identidade coletiva e sentimento de pertença territorial	25
2.5 Tombamento: instrumento de patrimonialização do bem cultural	26
3 PATRIMONIO ARQUITETÔNICO NO CONTEXTO DO PLANO DIRETOR DE CAMPO GRANDE/MS	28
3.1 Patrimônio arquitetônico e cultural da área central de Campo Grande - MS	34
3.1.1 Bens tombados no município de Campo Grande - ZEIC-C01	37
3.1.2 Bens em processo de tombamento no município de Campo Grande - ZEIC-C01	39
3.1.3 Monumentos no município de Campo Grande - ZEIC-C01	46
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS	51
4.1 Questionários on-line	51
4.2 Questionários presenciais	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	68
APÊNDICES	72
ANEXO	83

1 INTRODUÇÃO

O Patrimônio histórico e cultural faz parte da representação social a respeito do território vivido e contribui para afirmar a identidade de um local. Sua conservação contribui para manutenção dessa representação histórica na memória da sociedade que se identifica com esse território, além de ser uma forma de transmitir essa representação às gerações futuras, de modo a garantir a sustentabilidade territorial. Portanto, a conservação contribui para ligar a memória ao destino futuro de uma dada coletividade.

Para esse fim, a ação de proteção e conservação não pode partir apenas de órgãos governamentais, pois é necessário que a sociedade reconheça e valorize, por meio das representações construídas historicamente, o patrimônio arquitetônico com o qual se identifica e que pretende repassar às gerações futuras. Desse modo, é importante que os órgãos de planejamento urbano e territorial levem em conta essa necessidade de participação da sociedade na identificação do que deve ser considerado o patrimônio arquitetônico da cidade a ser conservado para as novas gerações. De acordo com a Declaração de Amsterdã de 1975, o patrimônio arquitetônico compõe-se de todos os edifícios e conjuntos urbanos que apresentam interesse histórico ou cultural.

No Brasil, o reconhecimento legal do valor histórico-cultural de um bem patrimonial é feito desde 1937, por meio do processo e instrumentos específicos de tombamento. O órgão federal responsável pelo tombamento no Brasil é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (antigo SPHAN), uma autarquia federal ligada ao Ministério da Cultura, com superintendências em todos os Estados da federação.

Ainda que existam os órgãos federais responsáveis pelo reconhecimento legal do patrimônio arquitetônico, os órgãos de planejamento municipal exercem papel fundamental no envolvimento da sociedade na sua identificação e valorização, tanto durante a construção e implementação do plano diretor, como da gestão desse patrimônio.

Em Campo Grande, foram criadas as regiões de planejamento e as Zonas de Especiais Interesses (ZEIs), entre estas a Zona de Especial Interesse Cultural (ZEIC). Estas zonas podem ser estabelecidas em qualquer das regiões urbanas.

O interesse específico dessa dissertação, ou seja, o objeto desse estudo abrange o patrimônio arquitetônico da Zona Especial de Interesse Cultural da região central, portanto do Centro Histórico da cidade de Campo Grande (ZEIC-C01), em Mato Grosso do Sul, sem necessitar de destacar a história de cada um dos patrimônios elencados neste trabalho.

O ponto de partida da pesquisa foi a pergunta: “como a sociedade de Campo Grande/MS valoriza, do ponto de vista histórico-cultural, o patrimônio arquitetônico até agora identificado, do Centro Histórico da cidade, tanto os seus elementos já tombados como aqueles em processo de tombamento?”

Portanto, o objetivo dessa pesquisa é o de verificar, junto aos diversos grupos sociais e comunidades distintas da cidade de Campo Grande/MS, a multiplicidade de valores e significados histórico-culturais atribuídos ao patrimônio arquitetônico da Zona de Especial de Interesse Cultural de seu Centro Histórico.

O presente trabalho apresenta caráter avaliativo com cunho sociocultural, pois prioriza a análise da cultura e da memória histórica dos patrimônios arquitetônicos e culturais da região central de Campo Grande - MS na perspectiva do Desenvolvimento Local.

A pesquisa foi pautada no método dedutivo, com pesquisa bibliográfica em livros, revistas científicas, documentos e imagens, concluindo com a pesquisa de campo. Foram realizadas visitas *in loco*, com observações, registros fotográficos e aplicação questionário. A amostragem foi definida por conveniência e dividida em dois grupos: 35 pessoas foram abordadas pessoalmente na rua, de forma aleatória, dentro do perímetro do centro histórico de Campo Grande - MS; e 36 pessoas receberam o questionário por meio do Whatsapp para responderem on-line, assim, foram aplicados 71 questionários.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

O objetivo do presente capítulo é o de apresentar e discutir o referencial teórico selecionado, destinado a melhor orientar o encaminhamento da pesquisa e a contribuir na discussão dos seus resultados dos dados obtidos.

2.1 Patrimônio histórico-cultural e arquitetônico

2.1.1 Patrimônio: origens e avanços do conceito

A reflexão científica sobre patrimônio, segundo Di Meo (2008), exige sua definição. Nessa tentativa, quando se retoma a origem etimológica do termo, chega-se à ideia de “bens de família” (eram bens físicos/ materiais) de valor econômico, herdados do pai para a geração dos filhos (*pater família*), como um direito.

Da Idade Média até o final do século XVIII, o patrimônio avançou para a ideia de um bem material comum de família, para abranger também um bem público (*patrimonium populi*) de natureza social ou ambiental, com transmissão garantida as gerações futuras.

Foi após a Revolução Francesa que os patrimônios começaram a ser valorizados pela sociedade. Existem relatos dessa época sobre cidadãos que elegiam monumentos, construções e símbolos como acontecimentos históricos a fim de promover a preservação (CASTILHO; SANTOS, 2016). Segundo Furnari e Pelegrine (2006), durante a Revolução Francesa foi criada uma comissão para preservação dos monumentos nacionais, principalmente aqueles que representavam de alguma forma a nação francesa e sua cultura.

De acordo com o IPHAN (s/d), somente a partir da Carta de Atenas (1933), surgiu o primeiro documento internacional de solicitação de preservação de monumentos e sítios históricos como bens patrimoniais, levando-se em conta seus contextos específicos, os princípios legais para sua preservação; as bases técnicas

e tecnológicas de restauração, assim como e principalmente, o princípio da ocupação e do vínculo social desses bens com a comunidade, como premissa fundamental para sua valorização (GONÇALVES, 2012).

A UNESCO passou a ser o órgão, a partir da década de 50 do século XX, que tomou para si a responsabilidade para discutir e trazer novas orientações e regulações internacionais, destinadas à preservação dos bens patrimoniais histórico-culturais. Essa organização passou a considerar o planejamento urbano como principal ferramenta de preservação, além de trazer novas orientações por meio de várias cartas patrimoniais:

1956 - Recomendações relativas às Competências Internacionais em Arquitetura e Planejamento;
 1967 - Normas de Quito;
 1975 - Carta do Patrimônio Arquitetônico;
 1975 - Resolução relativa à conservação de pequenas cidades históricas;
 1976 - Recomendação para salvaguarda e o papel contemporâneo das áreas históricas;
 1981 - Carta de Burra (GONÇALVES, 2012, p. 88-89).

Mais recentemente, essa anterior concepção de bem coletivo material de valor econômico foi alargada para a ideia de bem coletivo imaterial, não apenas restrito ao valor econômico, mas, sobretudo, aqueles bens coletivos (públicos ou privados) que gozam de valor afetivo e simbólico, capazes de atribuir identidade à coletividade que os valorizam (CASTILHO; SANTOS, 2016).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, por meio dos artigos 215 e 216, atribui ao Estado o papel de garantir o pleno exercício dos direitos culturais ao acesso e fontes da cultura nacional, assim como de apoiar, incentivar e valorizar a difusão das manifestações culturais e ainda de colaborar com a comunidade na promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro. O IPHAN desde o início do Milênio, construiu o Sistema Nacional de Informações Culturais (SNIC), para atender os compromissos assumidos em nível internacional, além de um Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), implantado em 2012, este destinado a cadastrar de forma georreferenciada, de modo a integralizar os dados de patrimônio cultural de natureza material.

Visto assim, patrimônio cultural, segundo Fernandes (2009) diz respeito ao conjunto dos bens culturais de uma sociedade. Para Yázigi (2009, p. 148) o

patrimônio histórico-cultural é visto como um conjunto de bens materiais¹ ou imateriais² ligados à identidade, cultura e história de uma coletividade e que se apresenta, por essência como “[...] heranças portadoras de valores sociais, culturais, econômicos, tecnológicos e outros que merecem preservação.”

Nas concepções mais atuais, observa-se, portanto, uma correlação muito forte entre patrimônio, hereditariedade e memória de uma dada coletividade em seu território de vida. O bem patrimonial, nesse caso, ajuda a estabelecer uma comunicação do passado com o presente dessa coletividade, sempre impregnado de valores culturais. Conforme bem alerta Fernandes (2009, p. 20-21), o patrimônio histórico-cultural confere identidade e orientação às pessoas e as permitem se reconhecer como integrante de determinadas coletividades, com sentido de lugar e continuidade histórica:

Os sentimentos que o patrimônio evoca são transcendentais, ao mesmo tempo em que sua materialidade povoa o cotidiano e referencia fortemente a vida das pessoas (FERNANDES, 2009, p. 20-21).

Essa evolução conceitual foi importante para que, além da criação políticas públicas mais concretas, a comunidade também pudesse receber o seu direito em ter acesso aos bens patrimoniais com algum significado para a construção de sua identidade.

2.1.2 Patrimônio histórico-cultural no planejamento urbano

As grandes cidades, estão em processo de reestruturação de sua malha urbana devido a sua grande expansão, e para que este processo seja fluido é importante haver uma forte comunicação entre a política urbana com a política de preservação do patrimônio histórico cultural. Em Campo Grande - MS o documento orientador deste processo é o plano diretor de 2006 (atualmente está em fase de atualização) e toda ação de intervenção urbana é analisada considerando a preservação dos bens de valor histórico-cultural da cidade, em especial os que estão inseridos dentro das Zonas de Espacial Interesse Cultural (ZEIC).

¹ De acordo com IPHAN (2018), patrimônio material pode ser um imóvel, documentos, coleções arqueológicas, fotografias, acervos museológicos, etc.

² O IPHAN (2018) define como um bem que é passado de geração para geração, que é recriado pelas pessoas de um grupo e que contribui para gerar um sentimento de identidade e respeito a diversidade cultural. Podem ser: representações, conhecimento e práticas, objetos, lugares, etc.

2.1.3 Patrimônio arquitetônico: definição da declaração de Amsterdã

O patrimônio arquitetônico, no olhar da arquitetura, conforme lembra Gonçalves (2012), sobre o patrimônio edificado, seja em forma de ruínas ou de um centro histórico, de natureza urbana ou rural. Trata-se, portanto, de bens edificados, de natureza material. A autora alerta para que se tome o cuidado em não se considerar a monumentalidade ou grandeza das edificações como quesito para identificar as edificações como patrimônio. O que torna um bem a ser preservado, é efetivamente o sentido que a ele é atribuído pela coletividade do território em que o mesmo se manifesta. Portanto, para ser um bem patrimonial urbano ou rural, a edificação necessita ser portadora de valores atribuídos pela sociedade que vivencia esse território. De todo modo, o próprio significado do termo “monumento” (memória do espírito) está alinhado com a ideia daquilo que se pretende não esquecer. Portanto, o patrimônio histórico-cultural não tem relação direta com a grandeza da edificação e sim com a memória do que uma dada coletividade considera importante não esquecer.

A Declaração de Amsterdã de 1975, uma das cartas patrimoniais da UNESCO, foi considerada um marco na determinação dos princípios da “conservação urbana integrada”, baseada na experiência italiana proposta pelo Partido Comunista, de recuperação da estrutura física, econômica e social de periferias pobres da cidade de Bolonha, mantendo-se nela os moradores e contando com a participação deles nesse processo (ZANCHETI; LAPA, 2012). Esses princípios avançaram nas décadas seguintes, caracterizadas pela predominância de ideias neoliberais, para práticas de reabilitação de áreas obsoletas dos centros urbanos, que passaram a ser valorizados como centros históricos. Esse processo, conhecido como gentrificação, ao promover valorização imobiliária, acabou resultando na expulsão dos habitantes e dos pequenos negociantes. Após a Eco-92, também a esse processo foram incorporados os ambientes naturais como espaços a serem protegidos como bens patrimoniais.

De todo modo, os princípios da Declaração de Amsterdã, foram considerados importantes, conforme bem lembram Zancheti e Lapa (2012), por promoverem a valorização de determinados territórios (centro ou periferia) da cidade. Desse modo, a escala territorial do vivido, como ambiente natural e construída, passou a ser valorizada como suporte para formular determinadas ações de planejamento. Com

base nesses princípios, o território urbano é abordado como um campo de manifestação de diversidade cultural. Em função disso, passou-se a privilegiar a ação localizada de determinadas coletividades, levando-se em conta suas especificidades culturais, com potencial para a valorização, no lugar do uso anterior de índices urbanísticos que se voltava ao planejamento de uma cidade padrão.

De acordo com os princípios da Declaração de Amsterdã, o patrimônio arquitetônico é composto de todos os edifícios e conjuntos urbanos que apresentam interesse histórico ou cultural, em qualquer parte da cidade. Tem a missão de contribuir para a tomada de consciência entre a história e destino do lugar valorizado como riqueza social, mediante obras arquitetônicas de alta qualidade, uma vez que devem ser mantidas num futuro para outras gerações. Sua manutenção passa a ser uma responsabilidade coletiva e objetivo principal do planejamento urbano e territorial. Por isso, Município e população local devem atuar de forma cooperada. Por princípio, a reabilitação dessas áreas não pode provocar mudanças sociais substanciais na composição social de quem nela residem. A conservação desse patrimônio requer medidas legislativas e administrativas eficazes, com apoio de fundos públicos e incentivos da participação de organizações privadas, acompanhadas de programas de educação, especialmente para os jovens.

Desse modo, diferente do anterior culto à monumentalidade, diante dos princípios de Amsterdã, o conceito de patrimônio arquitetônico é definido a partir de transformações contextuais e culturais (GONÇALVES, 2012).

2.2 Território e patrimônio

2.2.1 Território: dimensões e significações complementares

O território ao qual se voltam as ações de valorização do patrimônio histórico-cultural, diz respeito àquele construído socialmente por diferentes coletividades em cada Município. Portanto, num mesmo Município (campo e cidade) pode se manifestar uma pluralidade de territórios, cada um com sua própria cultura. Trata-se, nesse caso, conforme aponta Saquet (2007), de um território apropriado coletivamente por meio de construção social, mas que além de produto social é

também uma condição para que essa coletividade possa continuar nele se reconstruindo, com base na própria cultura de origem.

De acordo com Cirad-Sar (1996), cada território construído, histórica e socialmente é marcado por uma determinada cultura, sendo intensamente condicionado pelos laços de proximidade e sentimento de pertença por quem nele vive. Para Haesbaert (1995), todo grupo social se sente profundamente enraizado com o lugar ou paisagem com o qual se identifica. É no lugar que a vida se desenvolve em todas as suas dimensões e no qual a ordem interna construída, tecida pela história e pela cultura, é capaz de produzir identidade (LE BOURLEGAT, 2000).

Di Meo (1999) aborda o território ao mesmo tempo, como fruto da prática social e mediador da vida social. Portanto identifica nele duas dimensões: (1) a dimensão do espaço social, que expressa as relações sociais e espaciais concretas, próprias de quem o ocupa. Nessa dimensão o território se expressa por meio de relações objetivas, concretizadas por meio da construção social de quem vivencia uma dada realidade (vias, edificações, bairros, organizações e regras sociais) (2) a dimensão do espaço vivido, que expressa a relação existencial e o sentimento de pertença, impregnado de valores culturais, próprias de quem vivencia o território construído socialmente. Nessa dimensão o território se expressa por meio de relações subjetivas, próprias de quem vivencia a realidade objetiva e cria laços afetivos e de valor em relação a ela.

A estas duas dimensões ainda se juntam quatro significações suplementares: (1) a dimensão social/ alteridade, pois é na experiência concreta do espaço social do território, que cada sujeito se insere e constrói relações com seu grupo social de referência, elaborando um sentimento de pertença e identidade coletiva. Desse modo, o território atua, ao mesmo tempo, como condicionador e mediador de nossa alteridade em relação a outros grupos sociais; (2) a dimensão política/permanência e reprodução, já que o território traduz uma forma de corte e controle de espaço, que garante a especificidade, permanência e reprodução dos grupos que nele vivem, o que ilustra sua natureza intencional e o caráter voluntarista de sua criação; (3) a dimensão simbólica/ identidade, pois uma vez construído pelos grupos sociais ao longo do tempo, o território passa a constituir um importante campo simbólico, no qual certos elementos (monumentos, lugares, paisagens, narrativas etc) são dotados de valor patrimonial, quando estes contribuem para fundar ou reafirmar o sentimento

de identidade coletiva dos grupos sociais que dele fazem parte. Esses bens fazem parte de sua territorialidade simbólica. É como se um determinado grupo não pudesse nascer, sobreviver e tornar-se consciente de si mesmo, sem se apoiar em determinadas formas visíveis do espaço; (4) essas bases simbólicas do território de identidade coletiva podem se transformar em poderosos instrumentos de mobilização social.

Visto assim, para Di Meo (1999), o território se inscreve em três ordens distintas: (1) a ordem da materialidade (realidade concreta) como realidade geográfica do mundo em que se registram as ações humanas e as transformações ocorridas por seu efeito; (2) a ordem da ligação emocional e pré-social do homem à terra; (3) a ordem do universos simbólico, ou seja, das representações coletivas, sociais e culturais.

Partindo-se das ideias apresentadas por Guy Di Meo acima, pode-se verificar que todo território de construção social apresenta uma dimensão simbólica, que se refere às representações que a coletividade veio historicamente construindo, em sua vivência, baseada numa cultura construída em comum. É a partir dessas representações de natureza cultural que a coletividade valoriza determinados bens, para serem perpetuados como patrimônio. Esses bens culturais contribuem para afirmar a identidade dessa coletividade e o sentimento de pertença ao território construído.

2.2.2 Território e patrimônio: correspondências conceituais

Di Meo (1995) alerta ainda sobre a forte correspondência entre o conceito de patrimônio e de território. Para ele, ambos apresentam uma natureza material e imaterial e se inscrevem num tecido social, construído historicamente. Ambos desempenham um forte papel junto à sociedade de mediação e construção da identidade social. Por outro lado, assim como não há como compreender o território, na sua dimensão simbólica sem lhe conferir um valor patrimonial, também não é possível interpretar o sentido do patrimônio sem levar em conta sua base territorial.

Também existe um estreito entrelaçamento entre patrimônio e território, nos laços de pertença construídos, tanto em nível individual como coletivamente. Como o território, também o patrimônio não existe *a priori*, mas ele é construído socialmente, de forma intencional e por meio de apropriação. Isso ocorre, quando a

coletividade compreende sua significação e se identifica por meio dele. O ator coletivo quando territorializa o espaço, segundo Raffestin (1993) o faz se apropriando do território, de forma concreta e abstrata, pois apropria de um espaço sobre o qual já construiu uma anterior representação e nele constrói um mundo simbólico de valores e significados.

2.3 Desenvolvimento local e o papel da territorialização/ patrimonialização

2.3.1 Desenvolvimento local: conceito

O desenvolvimento local é abordado por Jara (1998, p. 305), como sendo um processo de mudanças endógenas, que ocorre nos territórios de pequena escala, seja comunitária, municipal ou microrregional, na busca da melhoria de condições de vida, segundo “princípios de sustentabilidade, equidade social, eficiência econômica, democracia política, conservação ambiental e diversidade cultural”.

Para Pierson (1964), é na comunidade que o sentimento de solidariedade é desenvolvido. Na condição coletiva, essas pessoas criam um campo de forças, que as tornam capazes de resistir às forças externas, mesmo em condições de exclusão por classe social, raça ou grau de instrução.

Em conformidade com Claxton (1997), o desenvolvimento local acontece no contexto sociocultural de forma satisfatória, quando a população de mesma cultura consegue participar e construir por si mesma um cenário comum de necessidades a serem atendidas. Para Ávila (2000), no desenvolvimento local a comunidade age na condição de sujeito e não mais apenas como mero objeto do progresso buscado e, além disso, o desenvolvimento ocorre tanto na dimensão econômica, como social, cultural e ambiental. Também Brand, Marinho e Lima, (2007) concebem no desenvolvimento local, uma busca de qualidade de vida e bem estar, que vai muito além da dimensão econômica, já que o processo envolve outras dimensões, sejam sociais, ambientais, culturais e políticas. Para estes autores, a história local mantém estreita relações com as necessidades humanas fundamentais aspiradas pelas comunidades, na medida em que contribui para criar os meios para se compreender as relações de poder, as formas de ocupar o território, as tradições culturais da

comunidade, o funcionamento das redes de relações, da economia e das religiões manifestadas no local.

Desse modo, conforme bem lembra Ávila (2000), o desenvolvimento local ocorre por meio de um processo integrado, no qual se relacionam a coletividade, o lugar e as potencialidades nele detectadas e valorizadas. Para Oliveira (2001), esse processo envolve práticas cidadãs, cooperação, negociação e convergência de interesses.

2.3.2 Papel da territorialização / patrimonialização no desenvolvimento local

A dimensão identitária do território, segundo Di Meo (2002) expressa uma relação dessa coletividade com seu espaço de vida, mediada pelo conjunto de símbolos e representações a respeito do patrimônio coletivo herdado. Essa identidade é consolidada, na medida em que essa coletividade se utiliza de patrimonialização para se apropriar desse espaço representado simbolicamente como seu território (espaço de apropriação). Por seu turno, o patrimônio se torna um recurso efetivo de territorialização, quando ele passa a ser ativado pela coletividade para esse fim. De acordo com Landel e Senil (2009), as iniciativas de desenvolvimento local se expressam por meio da mobilização dos objetos patrimoniais na construção de projetos territoriais e lhe atribui um modo específico de desenvolvimento territorial.

2.4 Valorização histórico-cultural do patrimônio arquitetônico e o sentimento de pertença territorial

A valorização do bem arquitetônico pela coletividade do território em que o mesmo se manifesta, como já afirmado anteriormente, é condição fundamental para que o mesmo possa se tornar um patrimônio a ser mantido para as gerações futuras. Mas, conforme afirma Lacerda (2012), existem diversos tipos de valor atribuídos aos bens patrimoniais, tais como valor de antiguidade, valor artístico, valor histórico, valor cultural, valor econômico.

Levando em conta a relação do patrimônio com o meio no qual o mesmo se manifesta, Yázigi (2009) ainda atribui outros tipos de valores ao patrimônio, ou

sejam: a) valores pragmáticos, que definem o patrimônio como local de reunir pessoas, com interesses culturais e também turísticos; b) valores cognitivos, expressa como as pessoas entendem o patrimônio, neste valor existe uma representação mais pessoal do patrimônio com o sujeito; c) valores estéticos, é a expressão do belo e está relacionado com gosto individual, neste valor é agregado um sentimento de cuidado por parte da administração pública; d) valores afetivos, está ligado a todos os três valores e é nele que podemos medir o sentimento de pertença com relação ao patrimônio.

No caso do patrimônio arquitetônico dessa pesquisa, interessa particularmente compreender o seu valor histórico e cultural.

2.4.1 Memória e valorização histórica do patrimônio arquitetônico

A valorização histórica do bem patrimonial está estreitamente vinculada à memória coletiva. A memória, se expressa como capacidade psíquica do ser humano, segundo Jacques Le Goff (1992), que permite a conservação de certos tipos de informação. Quando armazenadas na memória humana, as informações possibilitam recordações, tanto individuais como coletivas, capazes de revelar o modo de viver de um grupo, e/ou a cultura de uma comunidade. Assim, é por meio do resgate da memória que se produz a continuidade temporal, tanto individual como coletiva. A memória, baseada na experiência na vida social, assume relevância, principalmente, por garantir o significado das coisas, assim como sua transmissão, preservação e continuidade (ABREU; CHAGAS, 2003).

De acordo com Halbwachs (1990, p. 82)

[...] a sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte e em conjunto.

O valor histórico de um bem patrimonial, conforme aponta Lacerda (2012), diz respeito ao passado culturalmente construído, fato que lhe atribui uma condição de herança, ou de memória social. Para esse autor, o valor histórico é dotado de importância, quando é capaz de revelar uma época, seus modos de vida. Mas é preciso sempre alertar para o fato de que, mesmo que construída historicamente a

partir de outras épocas, a atribuição do valor é dada pelas atuais preferências de quem vive o território no qual o bem se manifesta.

O resgate da memória coletiva de um bem patrimonial em um dado território ocorre por meio da oralidade expressa por quem integra a coletividade que historicamente participou da construção social desse território. De acordo com Paul Thompson (1992, p. 197) “toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade” (PAUL THOMPSON, 1992, p. 197). São as narrativas e/ou depoimentos sobre a memória do passado que auxiliam resgatar determinadas épocas e seus modos de vida. Para isso, é importante saber escutar os integrantes do território no qual o bem histórico-cultural se manifesta.

2.4.2 Valorização cultural do patrimônio arquitetônico

Tendo em vista que o passado é culturalmente construído por uma dada coletividade, Lacerda (2012) considera que o valor histórico está impregnado de valor cultural. Desse modo, a consciência do passado favorece o elo comum entre o passado, o presente e o futuro. Assim, tanto a história é ordenada culturalmente nas diversas sociedades em acordo aos esquemas de significações atribuídas, como os esquemas culturais são ordenados historicamente, em função da reavaliação dos significados quando realizados na prática (SALINS, 2003 citado por Lacerda, 2012).

No processo de participação dos projetos de desenvolvimento e valorização dos bens patrimoniais, as pessoas atribuem sentido a tais bens, com base em compreensões coletivas construídas historicamente, portanto de ordem cultural (LACERDA, 2012).

2.4.3 Identidade coletiva e sentimento de pertença territorial

Por meio da vivência coletiva de um território, se constrói historicamente a evolução e a transformação das experiências, numa história de vida em comum, impregnada dos mesmos valores culturais. De acordo com Tuan (1980), esse passado histórico comum contribui para solidificar sentimentos de amor e afeto ao lugar, que conferem uma identidade coletiva e um sentimento de pertença ao lugar.

A identidade coletiva, conforme Dias (2006, p. 248) se expressa por meio de um “conjunto de características partilhadas pelos membros de um grupo que permite a identificação e a diferenciação das pessoas pertencentes a esse grupo em relação a outros”.

De acordo com Costa (2002, p. 27):

As identidades experimentadas, ou vividas, têm a ver com as representações cognitivas e o sentimento de pertença, reportados a coletivos de qualquer espécie (categorias institucionais, grupais, territoriais, ou outros), que um conjunto de pessoas partilha, emergentes da sua experiência de vida e situações de existência social.

O sentimento de pertença territorial, segundo Tönnies (1973) diz respeito aos laços pessoais de reconhecimento mútuo e de adesão aos princípios e visões de mundo em comum, que fazem com que as pessoas se sintam participantes de um mesmo território.

A identidade coletiva e o sentimento de pertença territorial estão diretamente ligados aos valores culturais mantidos em comum. As pessoas que evidenciam traços culturais semelhantes, que vivem segundo usos, costumes e modos de agir em consonância com o público maior, em suma, “as que compartilham uma mesma cultura apresentam o que se chama de identidade cultural” (OLIVEIRA, 2010, p. 185).

2.5 Tombamento: instrumento de patrimonialização do bem cultural

O “tombamento” é considerado o principal instrumento nacional de preservação do patrimônio, cuja atribuição cabe ao IPHAN, vinculado ao Ministério da Cultura. Por meio desse instrumento, o Estado, confere um título de reconhecimento legal dos valores e significados atribuídos a um determinado bem histórico-cultural em nível nacional, transformando o bem cultural em um bem patrimonial (LIRA; CABRAL, 2012). O termo vem do direito português, que quer dizer, inventariar, inscrever nos arquivos do reino. O tombamento institui regras de uso, com a finalidade de proteger uma identidade coletiva.

O processo de tombamento pode ser solicitado por qualquer pessoa (física ou jurídica) e envolve três etapas (DI PIETRO, 2003, citado por LIRA; CABRAL, 2012): (1) instaurativa - fase em que os especialistas do IPHAN identificam e avaliam o valor cultural do bem a ser tombado e ainda concedem oportunidade dos interessados se manifestarem a favor ou contra; (2) instrutória - fase em que os particulares podem entrar com pedido a favor ou contra o tombamento; (3) constitutiva - fase em que é elaborado o parecer pelo Conselho Consultivo do IPHAN. Uma vez passada as três fases, o bem patrimonial é registrado no Livro do Tombo, ficando sujeito a um regime de tutela, sob a vigilância e proteção do IPHAN.

A patrimonialização contribui para afirmar a identidade de um local. No Brasil tem sido desenvolvidas ações de conscientização da população com a implantação de cursos de educação patrimonial, oficinas e mutirões que vem contribuindo para a consolidação de políticas relacionadas com a patrimonialização em nível nacional (FURNARI; PELEGRINE, 2006). Esses autores comentam que ainda há muito o que se fazer no Brasil em prol desse processo:

A implantação de cursos de educação patrimonial, a organização de oficinas-escola e serviços em mutirão constitui em ações de importância fundamental no processo de envolvimento da população. Esse esforço, articulado com o estímulo à responsabilidade coletiva, contribuirá para consolidar políticas de inclusão social, reabilitação e sustentabilidade do patrimônio em nosso país (FURNARI; PELEGRINE, 2006, p. 55).

Todas as ações de registros que são possíveis a um bem patrimonial, auxiliam para sua preservação e conservação, pois provocam uma sensibilização na comunidade local que passa a ser agente deste processo.

3 O PLANO DIRETOR DE CAMPO GRANDE NO CONTEXTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

As preocupações com a organização urbana começaram a surgir em 1930 durante o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - CIAM, em Atenas, e foi nesta edição do evento (4ª edição) que surgiu um manifesto urbanístico que originou a Carta de Atenas. Este documento analisou 33 cidades e a partir daí propôs aspectos que deveriam ser considerados para melhorar a vida na cidade. As quatro funções básicas que uma cidade deve ter, de acordo com a carta, são: Habitação, Trabalho, Recreação e Circulação (GALBIERE, 2008).

Meirelles (1990, p. 521) explica que “o conceito de urbanismo evoluiu do estético para o social. Nos seus primórdios fora considerado unicamente arte de embelezar a cidade”. Este conceito representa um pensamento francês que logo foi superado pelo conceito inglês, que tinha como foco a relação entre cidade e campo, para conseguir promover bem-estar coletivo.

No Brasil, o pioneiro dos estudos urbanísticos, foi o professor Luís Inácio Romeiro de Anhaia Melo, engenheiro-arquiteto, que definiu o urbanismo como uma ciência artística e filosófica por exigir o estudo dos fatos atuais e a partir deste propor a criação de novas formas sem esquecer os valores humanos (MEIRELLES, 1990).

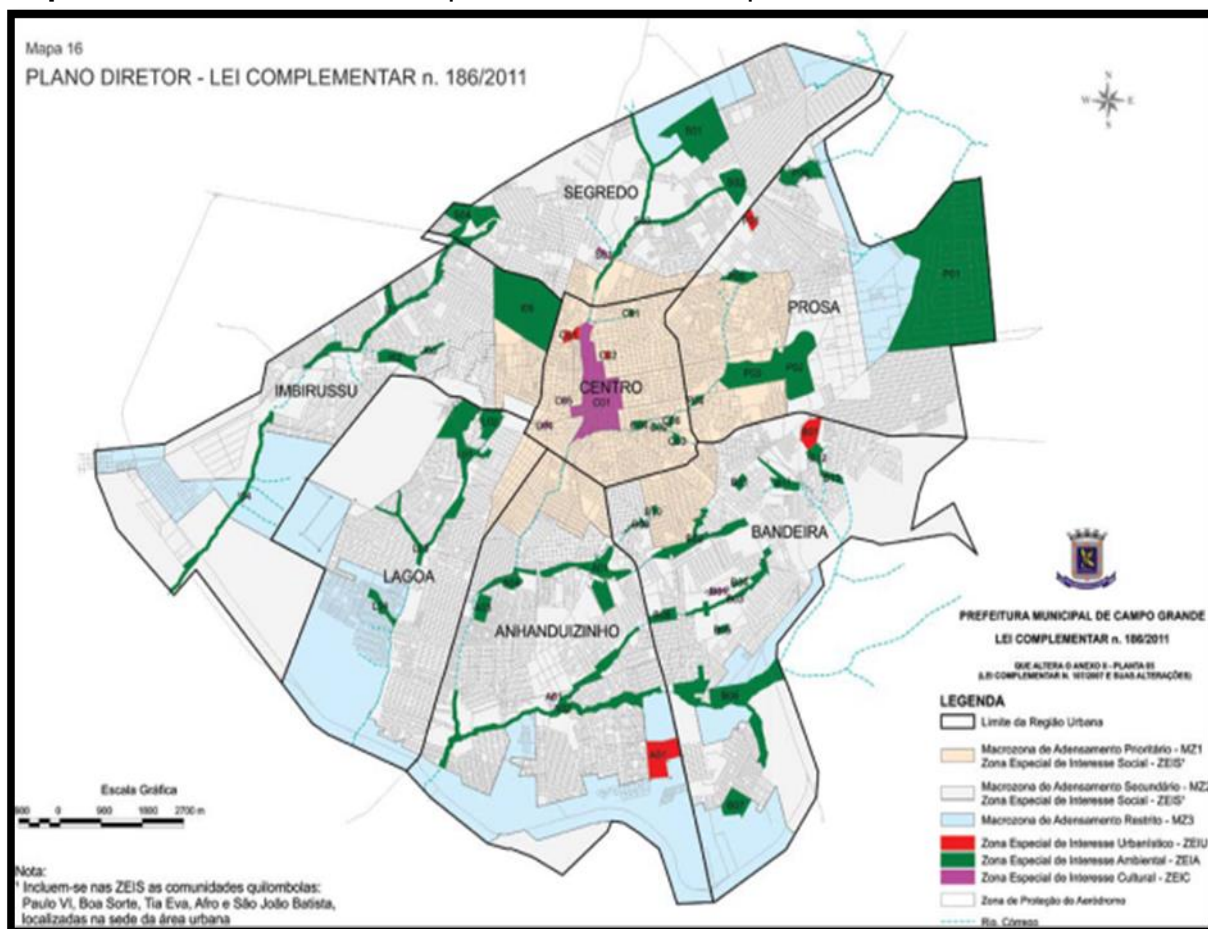
O urbanismo é um espaço de interesse coletivo e por isso precisa ser pensado de forma conjunta, entretanto, cabe ao Estado criar conjunto de medidas para propiciar melhores condições de vida urbana. A partir desta necessidade o Brasil inseriu em sua Constituição Federal de 1988 (CF/1988) dois artigos que se referem ao urbanismo: art. 182 e 183, destacando que cada município tenha sua política urbana de forma a garantir à sua população uma vida de qualidade. Já em seu parágrafo primeiro, o art. 182 prevê que municípios com mais de 20 mil habitantes possuam o plano diretor, um documento aprovado pela Câmara Municipal que serve como instrumento da política de desenvolvimento e de expansão urbana (BRASIL, 2005).

A regulamentação dos artigos 182 e 183 foram feitas por meio da lei número 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, estabelecendo as normas e diretrizes, de interesse coletivo, relacionadas à política urbana (BRASIL, 2001).

Essa lei estabelece diretrizes gerais para a execução da política urbana através de normas de ordem pública e interesse social, regulamentando o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos e, ainda, objetivando o equilíbrio ambiental (MEIRELLES, 1990, p. 534).

O Plano Diretor conforme descreve Meirelles (1990, p. 549) precisa conter “normas legais e diretrizes técnicas para o desenvolvimento global e constante do município”. Este é um instrumento para o crescimento territorial da cidade e por isso deve ser uno, não estático, sendo a lei suprema que controla as ações do governo. Este documento deve ser elaborado por especialistas multidisciplinares sob a supervisão da prefeitura e após a sua conclusão deve ser convertido em lei.

Campo Grande - MS possui o seu plano diretor em vigor sancionado pela Lei complementar nº 94 de 06 de outubro de 2006, é o instrumento básico para Política de desenvolvimento territorial do município, além de garantir ao cidadão que suas necessidades básicas sejam atendidas. A cidade é dividida em regiões urbanas (RU), que são partes do território urbano, delimitados para descentralizar e facilitar o planejamento, são elas: RU-Segredo, RU-Imbirussu, RU-Centro, RU-Prosa, RU-Lagoa, RU-Anhanduizinho e RU-Bandeira (Mapa 1), além da RU-Rochedinho e RU-Anhanduí, os dois distritos da capital (PLANURB, 2015).

Mapa 1 - Plano Diretor de Campo Grande - Lei Complementar 186/2011

Fonte: Planurb, 2016.

As regiões urbanas possuem ainda subdivisões que são os bairros, organizados para facilitar a qualificação das funções básicas de uma cidade (trabalho, moradia, recreação e circulação). É parte de cada divisão territorial, descrita acima, Zonas de Especiais Interesses (ZEI) que são classificadas de acordo com interesse, direcionando ainda mais as ações governamentais. As ZEIs são assim divididas: Zona de Especial Interesse Ambiental (ZEIA), Zona de Especial Interesse Urbanístico (ZEIU) e Zona de Especial Interesse Cultural (ZEIC), sendo esta última, o objeto deste estudo (PLANURB, 2016).

A Zona de Especial Interesse Cultural de Campo Grande está dividida em nove pontos conforme apresenta a tabela 1, dentro do perímetro urbano da cidade são seis ZEIC's (mapa 2): ZEIC-C01 - Centro Histórico; ZEIC-C04 - Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; ZEIC-C05 - Escola Estadual Maria Constança de Barros Machado; ZEIC-S01 - Igreja São Benedito; ZEIC-A01 - Museu José Antônio Pereira; ZEIC-B01 - Antiga estação ferroviária, e possui como documento regulador

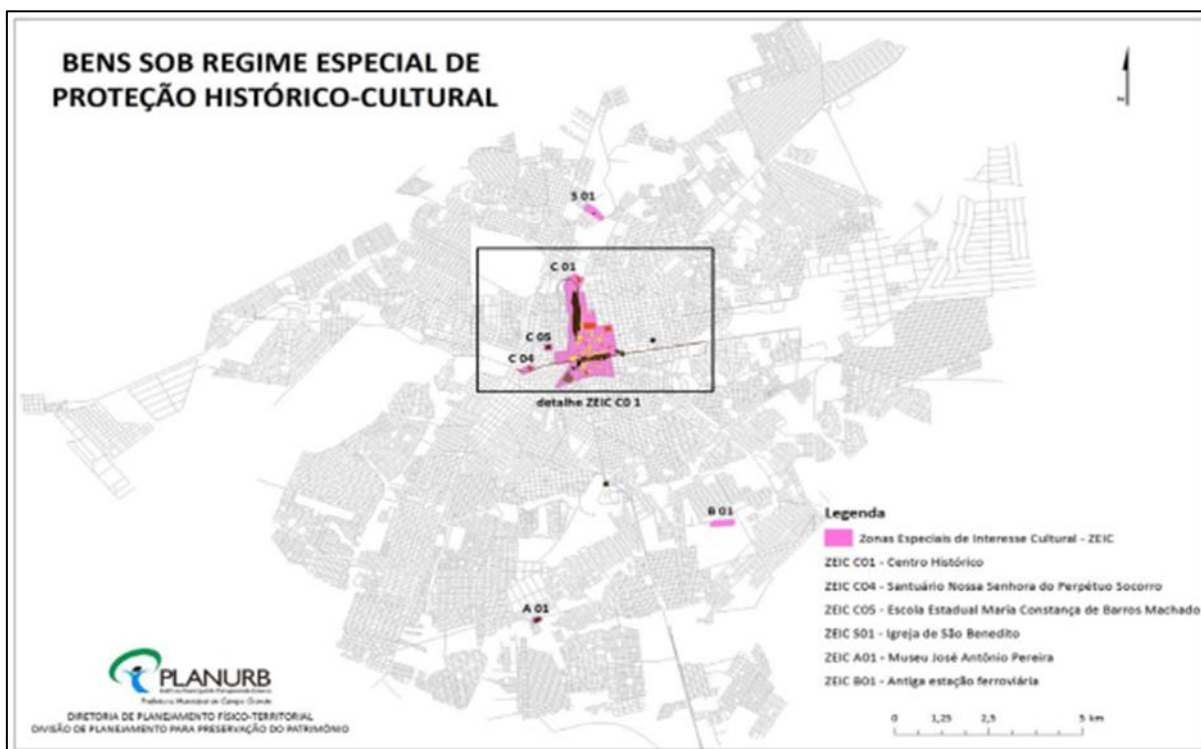
o anexo III da lei complementar 161 de 20 de julho de 2010. Dentro das diretrizes estão estratégias para a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural, que prevê desde a atualização da legislação municipal de proteção ao patrimônio até a implementação de programa de educação patrimonial permanente (PLANURB, 2016).

Tabela 1 - Zonas Especiais de Interesse Cultural existentes no Município de Campo Grande - MS

Imóvel	Região Urbana	Endereço
ZEIC - 1	Distrito de Anhanduí	Escola Municipal Isauro Bento Nogueira
ZEIC - A01	Anhanduizinho	Museu José Antônio Pereira
ZEIC - B01	Bandeira	Antiga Estação Ferroviária
ZEIC - C01	Centro	Centro Histórico
ZEIC - C04	Centro	Santuário de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
ZEIC - C05	Centro	Escola Estadual Maria Constança Barros Machado
ZEIC - S01	Segredo	Igreja de São Benedito

Fonte: Planurb (2016). Adaptação Laura Urquiza (2017).

Mapa 2 - Mapa Região Urbana Centro, Zona de Especial Interesse Cultural - Lei Complementar 161/2010



Fonte: Planurb (2016).

Com esteio nas ideias de Yázigi (2009) o patrimônio é parte importante da vivência urbana e a população só consegue ter afeto se houver ação de inclusão por parte do poder público. Por isso em um estudo de planejamento do espaço da cidade é preciso delinear uma zona com interesse cultural, pois é a partir daí que ações para preservação e conservação destes bens patrimoniais serão definidas.

É relevante apresentar o pensamento de Yázigi (2009, p. 148) que define patrimônio como “[...] por essência, heranças portadoras de valores sociais, culturais, econômicos, tecnológicos e outros que merecem preservação.” A palavra Patrimônio vem do latim e significa Pai (Pater), ou seja, o legado deixado pelo pai como herança.

O patrimônio pode ser de natureza material ou de natureza imaterial, pode ser natural ou construído, pessoal ou de uma sociedade, mas só pode ser reconhecido como tal se tiver um valor afetivo para alguém, pois está atrelado à construção da identidade cultural e à história de um povo (CASTILHO; SANTOS, 2016).

Foi após a Revolução Francesa que os patrimônios começaram a ser valorizados pela população, já que nesta época houve relatos de que os cidadãos

elegiam monumentos, construções e símbolos como acontecimentos históricos a fim de promover a preservação (CASTILHO; SANTOS, 2016). Desse modo, Furnari e Pelegrine (2006) asseguram que durante a Revolução Francesa foi criada uma comissão para preservação dos monumentos nacionais, principalmente aqueles que representavam de alguma forma a nação francesa e sua cultura.

No Brasil é comum a realização de tombamento, para depois se reconhecer o valor cultural de um bem patrimonial, e conseqüentemente iniciar ações de preservação e conservação. O tombamento é a forma legal de uma intervenção estatal para preservação e conservação da memória do patrimônio histórico, podendo acontecer em escala municipal, estadual ou federal. O manual de patrimônio histórico do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo explica o que é tombamento:

É um conjunto de ações, realizadas pelo poder público e alicerçado por legislação específica, que visa preservar os bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e afetivo, impedindo a sua destruição e/ou descaracterização (CREA-SP, 2008).

O patrimônio representa a identidade de um local, por isso é importante o cuidado com a preservação não só das edificações, mas também das manifestações culturais e artísticas de um povo, esta ação de proteção tem que partir não só dos órgãos governamentais, mas também da comunidade. No Brasil tem sido desenvolvidas ações de conscientização da população com a implantação de cursos de educação patrimonial, oficinas e mutirões que vem contribuindo para a consolidação de políticas relacionadas com os patrimônios do país (FURNARI; PELEGRINE, 2006).

É possível concluir seguindo a orientação de Yázigi (2009) que os patrimônios possuem uma relação com o meio e possuem valores que são definidos como: a) Valores Pragmáticos, que definem o patrimônio como local de reunir pessoas, com interesses culturais e também turísticos; b) Valores Cognitivos, expressa como as pessoas entendem o patrimônio, neste valor existe uma representação mais pessoal do patrimônio com o sujeito; c) Valores Estéticos, é a expressão do belo e está relacionado com gosto individual, neste valor é agregado um sentimento de cuidado por parte da administração pública; d) Valores Afetivos, está ligado a todos os três valores e é nele que podemos medir o sentimento de pertença com relação ao patrimônio.

3.1 Patrimônio arquitetônico e cultural da área central de Campo Grande - MS

Campo Grande, de acordo com o Instituto de Planejamento Urbano Municipal (PLANURB, 2016) teve suas primeiras construções próximas ao leito do córrego Prosa, eram edificações simples, feitas em taipa e fibra vegetal (técnica construtiva da época que utilizava o barro como matéria prima). No século XX a cidade teve seu primeiro documento norteador para o seu crescimento, este plano tinha como intenção o alinhamento de ruas e praças, e foi a partir daí que Campo Grande iniciou o processo de modernização de suas construções.

O Centro Histórico da cidade teve suas construções seguindo três principais estilos: Ecletismo - estilo europeu, pós-revolução industrial, possuía como sua principal característica a junção de vários estilos para construir a sua estética; Art Déco - também oriundo da Europa, suas características eram linhas geométricas de contornos marcantes e molduras, e também desenhos de monogramas e brasões nas fachadas das construções; e Modernismo - movimento ocorrido no século XX que rejeitava todas as obras com característica de movimentos anteriores, a sua principal característica era construções limpas e valorizando sua forma e função (PLANURB, 2016).

Observando a região central da cidade e com um olhar mais cuidadoso para os patrimônios arquitetônicos e culturais da ZEIC-C01, localizada no Centro Histórico de Campo Grande, verifica-se que existem bens já tombados, bens em processo de tombamento e também bens que possuem vocação para o tombamento, pode-se observar de forma detalhada no mapa 3:

A Preservação de Patrimônio Histórico é regulamentada no Brasil por meio do Decreto-Lei Federal n. 25, de 30 de novembro de 1937 que dispõe objetivamente sobre o patrimônio nacional. Visando fornecer ao Estado mecanismos protetivos que alcançassem bens de interesse cultural inclusive particulares, foi criado o instituto do Tombamento que foi fortalecido pela Constituição Federal de 1988 (PLANURB, 2016).

Amparado pela Constituição Federal Brasileira (1988), o Município de Campo Grande possui três meios de preservar e conservar os bens patrimoniais da cidade (Tabela 2):

- a) Bens tombados - Lei n. 3.525, de 16 de junho de 1998, ou lei específica;
- b) Bens sob regime de especial proteção - Lei Complementar n. 161, de 20 de julho de 2010;
- c) Bens abrangidos pelas Zonas Especiais de Interesse Cultural - (ZEIC's) - Lei Complementar n. 94, de 6 de outubro de 2006 (PLANURB, 2016).

Tabela 2 - Tombamento no Município de Campo Grande e suas Instâncias

Instância	Competência	Objeto de interesse	Órgão Competente
Federal	União	Bens materiais e imateriais com relevância histórica ou cultural ao povo brasileiro.	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - (IPHAN).
Estadual	Estado de Mato Grosso do Sul	Bens materiais e imateriais com relevância histórica ou cultural ao povo sul-mato-grossense.	Fundação de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul - (FCMS).
Municipal	Prefeitura Municipal de Campo Grande	Bens materiais e imateriais com relevância histórica ou cultural ao povo campo-grandense.	Fundação de Cultura do Município de Campo Grande - (FUNDAC).

Fonte: Planurb (2016). Adaptação Laura Urquiza (2017).

Imagem 1: Colégio Oswaldo Cruz



Foto: Urquiza, 2017.

Tombado pela Lei Municipal n. 3.387, de 27 de outubro de 1997.

Imagem 2: Complexo Ferroviário da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil



Foto: Urquiza, 2017.

Tombado nas três instâncias:
Decreto Municipal n. 3.249 de 13/5/1996;
Lei Estadual n. 1.735, de 26/03/1997;
IPHAN, Diário Oficial da União, Seção 3, 31/10/2014.

3.1.1 Bens tombados no município de Campo Grande - ZEIC-C01.

Imagem 3: Edifício do Rádio Clube de Campo Grande



Foto: Urquiza, 2017.

Tombado pelo Decreto Municipal n. 11.937, de 15 de agosto de 2012.

Imagem 4: Loja Maçônica "Oriente Maracaju"



Foto: Urquiza, 2017.

Tombado nas instâncias:
Municipal - Lei Municipal n. 4.495, de 11/07/2007;
Estadual - Lei Estadual n. 3.406 de 30/07/2007.

Imagem 5: Morada dos Baís

Foto: Urquiza, 2017.

Tombado pelo Decreto Municipal n. 5.390, de 4 de junho de 1986.

Imagem 6: Antigo prédio Quartel General da 9ª Região Militar

Foto: Urquiza, 2017.

Tombado pela Lei Estadual n. 1.526, de 26 de julho de 1994.

Imagem 7: Casa do Artesão

Foto: Urquiza, 2017.

Tombado pelo Decreto Estadual n. 7.863, de 13 de julho de 1994.

Imagem 8: Acervo de artes plásticas

Foto: Rezende, 2016.

Tombado pela Resolução Secretaria Estadual de Educação e Cultura MS de 30 de dezembro de 1998.

3.1.2 Bens em processo de tombamento no município de Campo Grande - ZEIC-C01

Imagem 9: Canteiros centrais da Avenida Afonso Pena



Foto: Urquiza, 2017.

Processo de Tombamento n. 27.405/2009-51.

Imagem 10: Edifício José Abrão (14 de Julho 2.311)



Fonte: Observatório UFMS, 2016.

Processo de Tombamento n. 114.008/2011-61.

Imagem 11: Imóvel situado à Rua Barão do Rio Branco, 1.455



Foto: Urquiza, 2017.

Processo de Tombamento n. 55.669/2011.

Imagem 12: Mercado Municipal Antônio Valente



Foto: Urquiza, 2017.

Processo de Tombamento n. 92.753/2011.

Imagem 13: Parque Florestal Antônio de Albuquerque



Foto: Urquiza, 2017.

Processo de Tombamento n.
92.757/2011.

Imagem 14: Residência situada à Rua Antônio Maria Coelho, 1.334.



Foto: Urquiza, 2017.

Processo de Tombamento n.
34.010/2005.

A Lei Complementar de número 161 de 20 de julho de 2010 institui o plano de revitalização do centro de Campo Grande e dá outras providências:

Art. 1º. Esta Lei Complementar institui o plano para revitalização do Centro de Campo Grande - MS, destinado à valorização e proteção do patrimônio histórico, ambiental, arquitetônico e paisagístico, das Zonas Especiais de Interesse Cultural da Região Urbana do Centro - ZEIC's Centro, nos termos dos artigos 41 e 43 da Lei Complementar n. 94, de 6/10/2006, que trata da Política de Desenvolvimento e o Plano Diretor de Campo Grande (Campo Grande, 2010).

Em seu capítulo IV a Lei n.161 estabelece o regime de especial proteção histórico-cultural para os bens localizados nas ZEIC's Centro, e os classificam como Bens passíveis de Tombamento e Bens de interesse de preservação histórico-cultural (Listas 1 e 2).

Lista 1 - Bens passíveis de Tombamento

Av. Calógeras, 2.163 com R. Barão do Rio Branco, 938 (Casa da Memória "Arnaldo E. Figueiredo")

Av. Calógeras, 2.309 (Correios e Telégrafos)

Av. Fernando Corrêa da Costa, 559 (Memorial da Cultura Apolônio de Carvalho)

Av. Mato Grosso, 2 (Hotel Gaspar)

Av. Mato Grosso, 227 com R. 14 de Julho, 2.930/2.940 (Colégio Dom Bosco)

Av. Mato Grosso, 351 (Sociedade Beneficente de CG - Santa Casa)

R. 14 de Julho, 1.845/1.849 (Edifício Olinda)

R. 14 de Julho, 2.164/2.178 com R. Dom Aquino, 1.444 (Edifício Nakao)

R. 14 de Julho, 2.349/ 2.351/ 2.357 com R. Marechal Rondon, 1.397/ 1.405/ 1.409/ 1.413/ 1.419/ 1.403/ 1.421/ 1.427/ 1.411/ 1.407/1.391

R. 14 de Julho, 2.603 com R. Antônio Maria Coelho, 1.198 (Edifício São Miguel)

R. 14 de Julho, 4.213 (Igreja São Francisco).

R. 15 de Novembro, 466/470/478 com R. 13 de Maio, 2.211/ 2.217/2.223 (Hotel Globo)

R. 15 de Novembro, 544/550/542/558/552

R. 26 de Agosto, 453 (Centro Cultural José Octávio Guizzo)

R. Dom Aquino, 1.825 (Igreja Presbiteriana)

R. Maracaju, 244 (Centro Espírita Discípulos de Jesus)

Fonte: Planurb, 2016. Adaptação Laura Urquiza, 2017.

Lista 2 - Bens de Interesse para preservação Histórico-Cultural

Edifícios Isolados
Av. Afonso Pena, 1.736 (Fábrica Estevão - Demolida)
Av. Afonso Pena, 2.356/2.362 com R. Rui Barbosa, 2.494/2.492/2.490
Av. Afonso Pena, 2.404 (Residência - Demolida)
Av. Calógeras, 1.741 com R. 7 de Setembro, 158/154
Av. Calógeras, 1.853 /1.857
Av. Calógeras, 2.376/2.368 (Demolida)
Av. Calógeras, 2.433/2.441
Av. Calógeras, 2.499 (Enersul)
Av. Calógeras, 2.521

Av. Calógeras, 2.563

Av. Calógeras, 2.576/2.568 (Edifício Guadalupe)

Av. Calógeras, 2.676/2.662/2.664/2.668/2.682/2.678/2.690/2.698 com R. Maracaju, 131

Av. Mato Grosso, 135/125 /115 com R. 14 de Julho, 2.787/ 2.797/ 2.801

Av. Noroeste, 3.244

R. 13 de Maio, 2.152

R. 13 de Maio, 2.489

R. 13 de Maio, 2.499

R. 13 de Maio, 2.825

R. 13 de Maio, 3.072

R. 13 de Maio, 3.180

R. 13 de Maio, 3.204/3.198

R. 14 de Julho, 1.735/1.741 com R. 15 de Novembro, 331/329

R. 14 de Julho, 1.833/1.839/1.843/1.829

R. 14 de Julho, 1.909/1.919/1.913 com Av. Afonso Pena, 1.993/1.979/1.985/1.967/1.975/1.989

R. 14 de Julho, 1.936

R. 14 de Julho, 1.938/1.944 (Edifício Galeria São José)

R. 14 de Julho, 1.976/1.980

R. 14 de Julho, 2.014/2.008

R. 14 de Julho, 2.119

R. 14 de Julho, 2.494

R. 14 de Julho, 2.505/2.503

R. 14 de Julho, 2.787/2.797/2.801 com Av. Mato Grosso, 115/125/135

R. 14 de Julho, 2.827/2.823/ s/n

R. 14 de Julho, 2.839

R. 14 de Julho, 2.871/2.867 com R. Dr. Temístocles, 102/112.

R. 14 de Julho, 2.978

R. 14 de Julho, 3.013/3.021/3.025/3.017/3.015/3.029/3.033 R. General Melo, 101

R. 15 de Novembro, 201

R. 15 de Novembro, 263

R. 15 de Novembro, 532

R. 26 de Agosto, 347 (Instituto Nacional de Previdência Social)
R. 7 de Setembro, 105
R. 7 de Setembro, 505/501/511/515 com R. 13 de Maio, 2.151/2.155/2.159
R. 7 de Setembro, 676 (Secretaria de Fazenda)
R. Antônio Maria Coelho, 1.108 (Escola Visconde de Cairu)
R. Antônio Maria Coelho, 1.327
R. Antônio Maria Coelho, 1.400
R. Antônio Maria Coelho, 1.427/1.433 (Demolido e reconstruído compulsoriamente)
R. Barão de Melgaço, 106
R. Barão de Melgaço, 118
R. Barão do Rio Branco, 1.131/1.137
R. Barão do Rio Branco, 1.137 /1.131
R. Barão do Rio Branco, 1.145
R. Barão do Rio Branco, 1.223/1.227
R. Barão do Rio Branco, 1.347
R. Barão do Rio Branco, 1.348/1.356 com R. 13 de Maio, 2.538
(Edifício Rachid Neder)
R. Barão do Rio Branco, 1.406
(Demolido e em processo de reconstrução compulsória)
R. Barão do Rio Branco, 1.490
R. Barão do Rio Branco, 1.538
R. Barão do Rio Branco, 1.550
R. Dom Aquino, 1.374/1.372/1.382/1.386 (Edifício Puchian)
R. Dom Aquino, 1.447/1.457/1.453/2.208 com R. 14 de Julho, 2.218 (Edifício São Felix)
R. Dom Aquino, 1.474/1.484/1.472 com 1.478/1.486/1.488 (Antiga Casa de Móveis Cruzeiro)
R. Dom Aquino, 1.483
R. Dom Aquino, 1.603/1.611
R. Dr. Temístocles, 83 (Antigo Hotel)
R. Dr. Temístocles, 93/103 (Antigo Hotel - Demolido e em processo de reconstrução compulsória)
R. Joaquim Murtinho, 79

<p>R. Laguna, 107</p> <p>R. Maracaju, 136</p> <p>R. Maracaju, 177/173/189</p> <p>R. Maracaju, 272/ 268</p> <p>R. Maracaju, 325/331/327</p> <p>R. Maracaju, 400</p> <p>R. Maracaju, 773/771/769</p> <p>R. Marechal Cândido Mariano Rondon, 1.703</p> <p>R. Marechal Cândido Mariano Rondon, 1.945</p> <p>R. Pedro Celestino, 1.079</p> <p>R. Pedro Celestino, 1.491</p> <p>R. Pernambuco, 40/R. 13 de Maio, 3.806</p> <p>R. Rui Barbosa, 2.664</p> <p>R. Rui Barbosa, 3.040</p> <p>R. Rui Barbosa, 3.158/3.154/3.148 e R. Maracaju, 655</p> <p>Travessa José Bacha, 68</p> <p>Travessa Lídia Baís, 29 (Igreja Santo Antônio)</p>
Conjunto de Imóveis
<p>Av. Calógeras, 2.635/2.653/2.657/2.661/2.669/2.647 e 2639</p> <p>R. Barão do Rio Branco, 1.017 - Fundos.</p> <p>R. Barão do Rio Branco,</p> <p>1.606/1.612/1.618/1.624/1.630/1.636/1.642/1.648/1.654/1.660/1.669</p> <p>R. Joel Dibo, 183 - casas 1/2/3/4/5/6 e 7</p> <p>Todos os imóveis com frente para a Travessa Pimentel em toda a sua extensão entre a Av. Presidente Ernesto Geisel e Av. Noroeste.</p>

Fonte: Planurb (2016). Adaptação Laura Urquiza (2017).

Além dos patrimônios arquitetônicos e culturais já mencionados, Campo Grande possui outros atrativos que se integram aos roteiros culturais: sendo 11 lugares de caráter históricos, 13 museus, 13 monumentos, 10 edifícios religiosos; 3 cinemas e 7 teatros (Quadro 1)

Quadro 1 - Descritivos dos roteiros culturais de Campo Grande

História	Museus
Armazém Cultural Arquivo Histórico Municipal - ARCA Arquivo público Estadual - APE Casa do Artesão Casa do Ferroviário Centro Cultural José Octávio Guizzo Centro Municipal de Música - Ernani Alves Correa Correios e Telégrafos Estação Ferroviária Memorial da Cultura Indígena Morada dos Baís/Pensão Pimentel	Centro de Memória - Tribunal Regional Eleitoral Museu da Aviação de Busca e Salvamento Museu da FEB - Força Expedicionária Brasileira Museu da Imagem e do Som - MS Museu da Televisão (TV Morena) Museu das Culturas Dom Bosco Museu de Arte Contemporânea - MARCO Museu de Medicina de Mato Grosso do Sul Museu José Antônio Pereira Museu Lídia Baís - Morada dos Baís Museu de Arqueologia da UFMS Sala David Cardoso (Fundação de Cultura MS) Sala de Exposições Guia Lopes
Monumentos	Edifícios Religiosos
Busto José Antônio Pereira Busto Pandiá Calógeras Cabeça de Boi Da Imigração Japonesa Do Aviador Dos Imigrantes - Carro de Boi Estátua Ary Coelho Monumento a Imigração Japonesa Monumento aos Pracinhas Obelisco Pantanal Sul - dos Tuiuiús Praça das Araras Relógio Central	1ª Igreja Evangélica Batista Catedral da Fé - Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) Igreja Matriz de Santo Antônio/Catedral Nossa Senhora da Abadia Igreja Nossa Senhora de Fátima Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro Igreja Presbiteriana Igreja São Benedito Igreja São Francisco de Assis Igreja São José Mesquita Luz da Fé Obs. Outros edifícios religiosos não foram citados por não haver registro, no Departamento de Turismo/SEDESC, de que sejam abertos para visita com finalidade turística/cultural.
Cinemas	Teatros
Cinemark (dez salas) Cinépolis (sete salas) UCI (seis salas)	Aracy Balabanian Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camilo Dom Bosco Fernanda Montenegro Glauce Rocha Manoel de Barros Prosa/SESC Horto

Fonte: Planurb, 2016. Adaptação Laura Urquiza, 2018.

3.1.3 Monumentos no município de Campo Grande - ZEIC-C01

Imagem 15: Busto de José Antônio Pereira
Av. Afonso Pena com Av. Calógeras



Foto: Urquiza, 2017.

Imagem 16: Busto de Pandiá
Calógeras – Praça Ari Coelho



Foto: Urquiza, 2017.

No que se referem aos monumentos, edificações que possuem algum significado para o desenvolvimento da cidade de Campo Grande - MS, 20 símbolos localizados dentro da ZEIC-C01 resgatam a história do Campo-Grandense (Imagens 15 a 33).

Imagem 17: Estátua de Ari Coelho –
Praça Ari Coelho



Foto: Urquiza, 2017.

Imagem 18: Monumento da Imigração Japonesa –
Praça do Rádio Clube



Foto: Urquiza, 2017.

Imagem 19: Monumento aos Pioneiros
(Dos Imigrantes - Carro de Boi) / (Monumento ao Desbravadores)



Foto: Urquiza, 2017.

Imagem 20: Monumentos aos Pracinhas da Força Expedicionária Brasileira – Av. Afonso Pena



Foto: Urquiza, 2017.

Imagem 21: Relógio – Av. Afonso Pena com R. Calógeras



Foto: Urquiza, 2017.

Imagem 22: Busto de Vespasiano Martins –
Igreja Matriz de Santo Antônio /
Catedral Nossa Senhora da Abadia



Foto: Urquiza, 2017.

Imagem 23: Estátua de Santo Antônio –
Igreja Matriz de Santo Antônio /
Catedral Nossa Senhora da Abadia



Foto: Urquiza, 2017.

Imagem 24: Estátua de Vespasiano
Martins – Praça do Rádio Clube



Foto: Urquiza, 2017.

Imagem 25: Espaço Monumento Infinito – Praça
do Rádio Clube



Foto: Urquiza, 2017.

Imagem 26: Efigie de Pedro Pedra – Praça
do Rádio Clube



Foto: Urquiza, 2017.

Imagem 27: Monumento do Sobá (Feira Central)



Fonte: panoramio, 2017.

Imagem 28: Efigie de Prof. Luiz Alexandre de Oliveira – Centro de Capacitação de RH da PMCG



Foto: Urquiza, 2017.

Imagem 29: Fonte Luminosa – Praça Ari Coelho



Foto: Urquiza, 2017.

Imagem 30: Monumento ao Artesanato – Praça do Imigrante



Foto: Urquiza, 2017.

Imagem 31: Coreto – Praça Ari Coelho



Foto: Urquiza, 2017.

Imagem 32: Índia Terena – Praça em frente ao mercadão



Foto: Urquiza, 2017.

Imagem 33: Os 10 Mandamentos – Praça Ari Coelho.



Foto: Urquiza, 2017.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

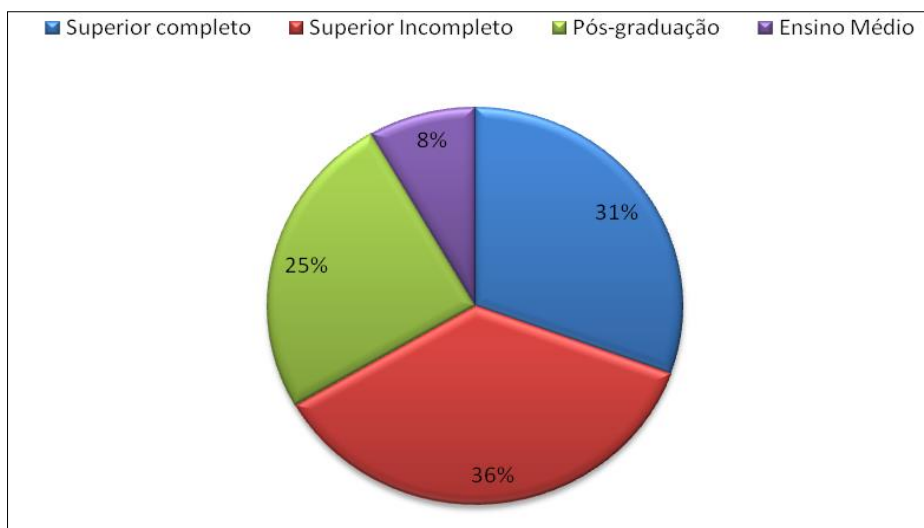
4.1 Questionários on-line

Foram aplicados 36 questionários (Apêndice A) on-line (via whatsapp), utilizando a técnica de amostragem por conveniência, ou seja, não probabilística; a faixa etária dos que responderam a pesquisa variou de 20 a 57 anos, sendo que 58,3% foram mulheres e 41,7% homens. As respostas foram de 69,4% de pessoas que não moram na região central da cidade e apenas 30,6% que residem no centro da cidade.

Em 56% dos entrevistados são naturais de Campo Grande, 19% são naturais do interior do estado e 25% são de outros estados da federação. O tempo de residência na Capital entre os questionados que não são naturais de Campo Grande variou de 6 a 20 anos.

O grau de escolaridade dos participantes da pesquisa oscilou entre ensino médio e pós-graduação (gráfico 1), já a profissão, destacou-se estudantes, desempregados, professores, funcionários públicos e autônomos.

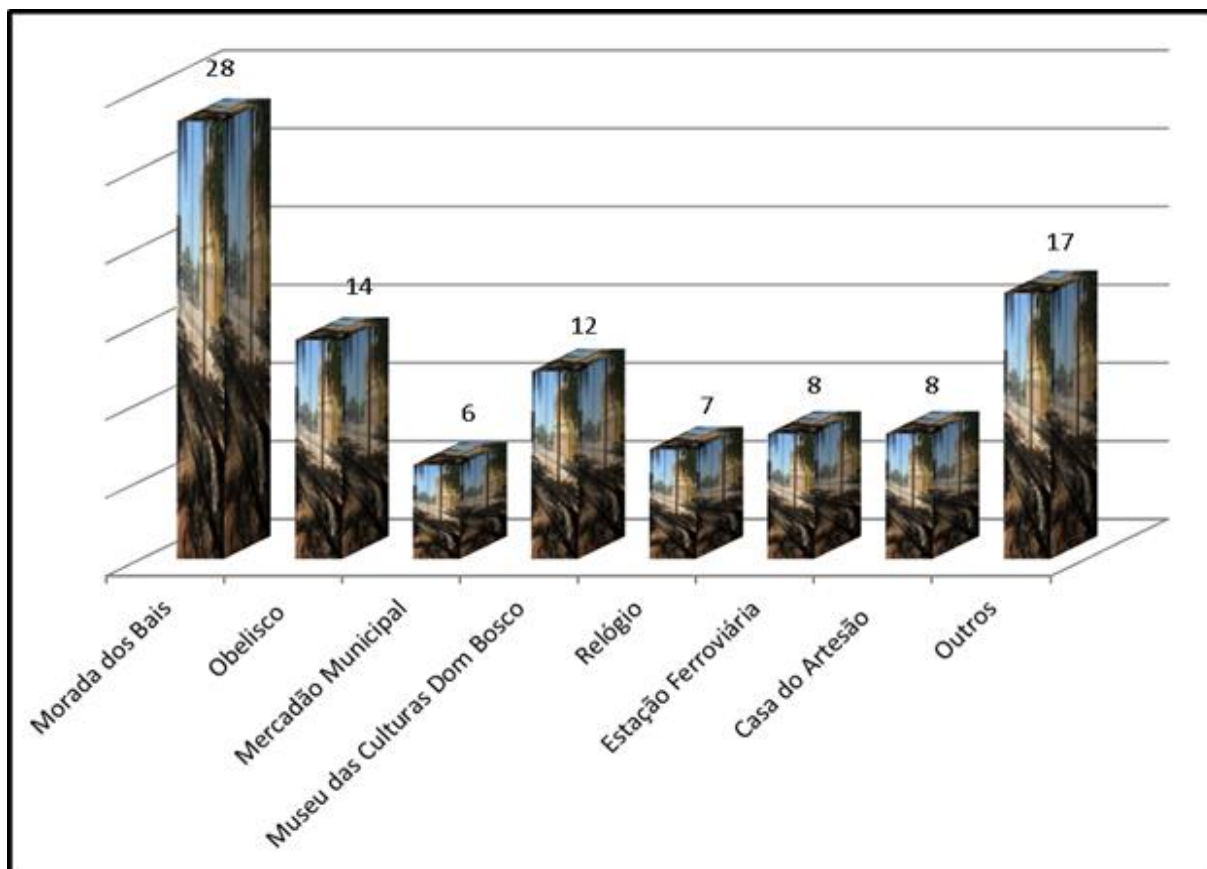
Gráfico 1 - Grau de Escolaridade



Foram oito perguntas específicas sobre os patrimônios arquitetônicos e culturais de Campo Grande - MS que apresentaram a percepção da população com relação aos bens patrimoniais existentes na capital. Os gráficos abaixo expõem os resultados:

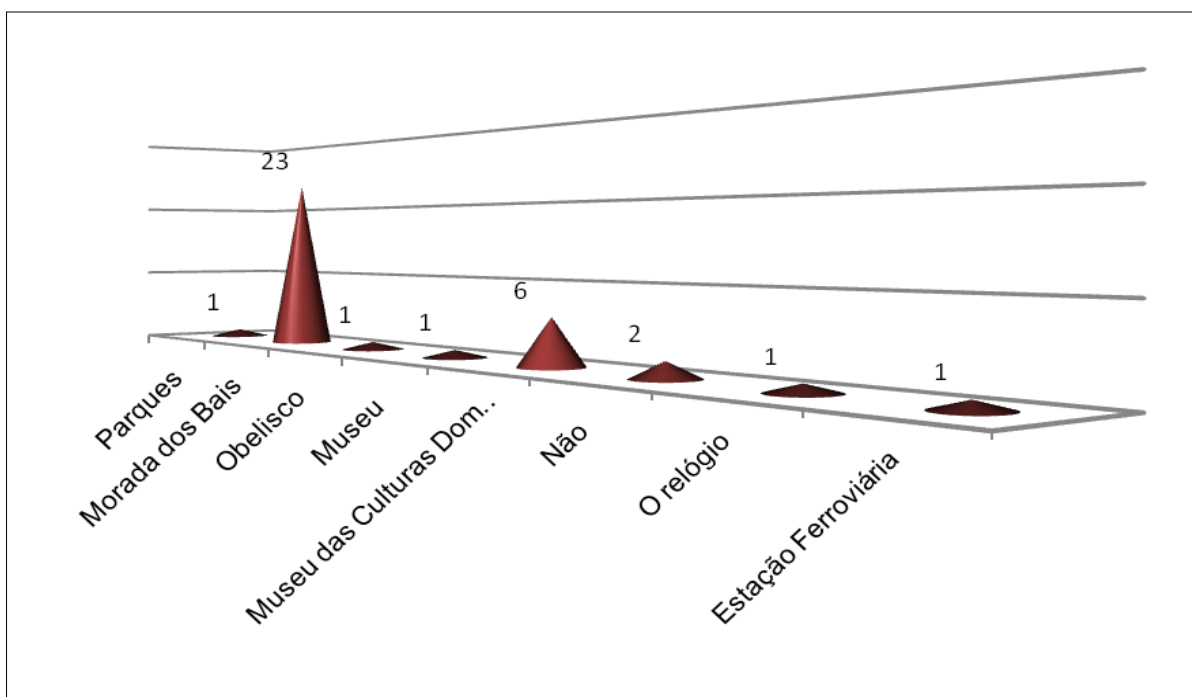
A primeira pergunta voltada para a temática da pesquisa foi “Quais os patrimônios arquitetônicos, museus ou monumentos da área central de Campo Grande - MS que você conhece?” Diante das respostas foi possível identificar que cada pessoa conhece ao menos três patrimônios e que a Morada dos Baís é o patrimônio arquitetônico de Campo Grande com maior popularidade (gráfico 2).

Gráfico 2 - Patrimônios arquitetônicos, museus ou monumentos da área central de Campo Grande - MS que os participantes da pesquisa conhecem



Os pesquisados opinaram com relação à preservação dos patrimônios mencionados por eles na pergunta anterior e novamente a Morada dos Baís aparece na maioria das respostas como o patrimônio arquitetônico mais preservado (gráfico 3).

Gráfico 3 - Patrimônios arquitetônicos, museus ou monumentos da área central de Campo Grande - MS que os pesquisados reconhecem como preservado



A terceira questão foi referente ao conhecimento das pessoas com relação ao o que é tombamento de patrimônio histórico, 64% das pessoas que responderam a pergunta afirmaram saber o que é tombamento (gráfico 4). A pergunta também solicitava para aqueles que afirmaram saber o que é tombamento que transcrevesse algum patrimônio tombado da área central de Campo Grande - MS e a Morada dos Baís foi mencionada 15 vezes (gráfico 5).

Gráfico 4 - Grau de conhecimento do que é tombamento de patrimônio histórico

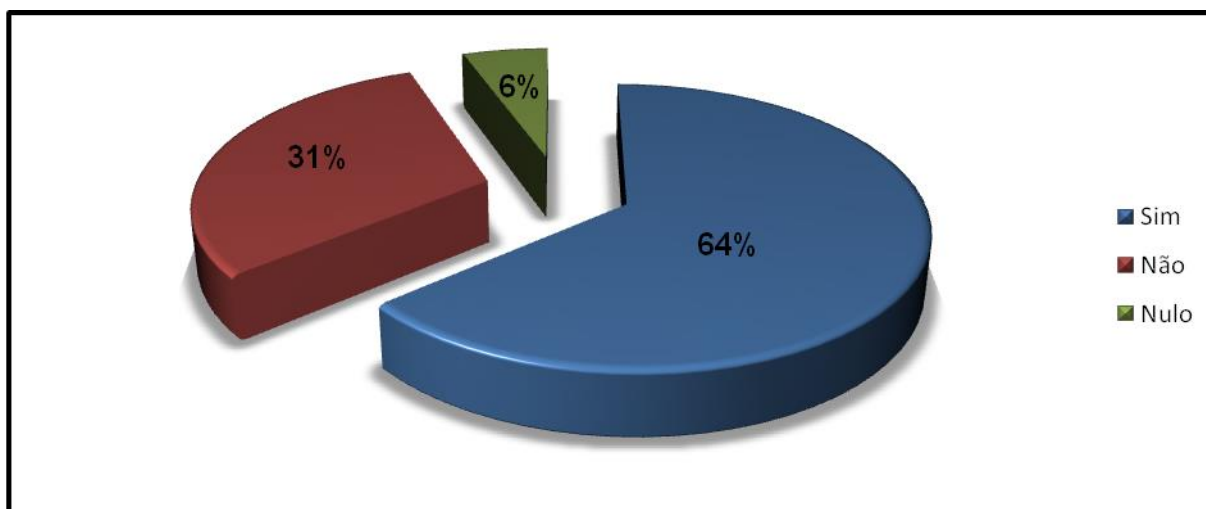
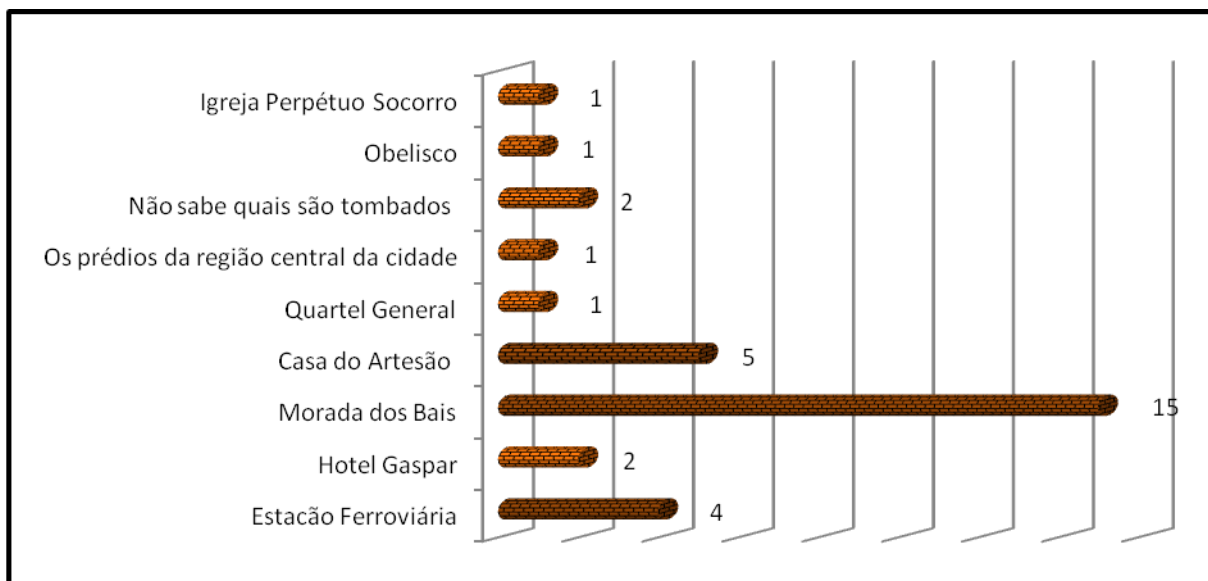
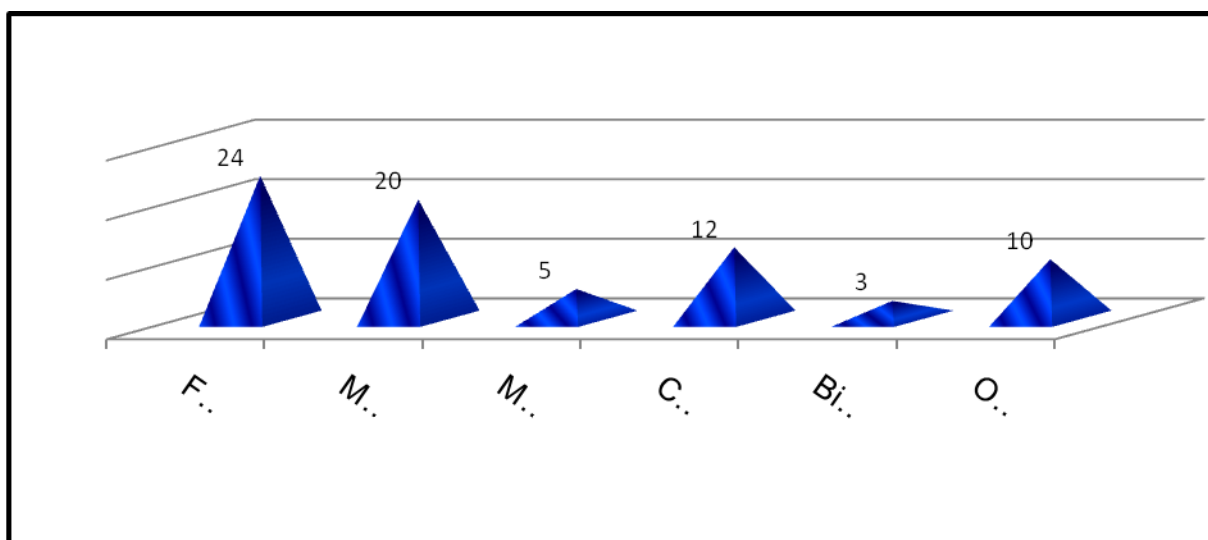
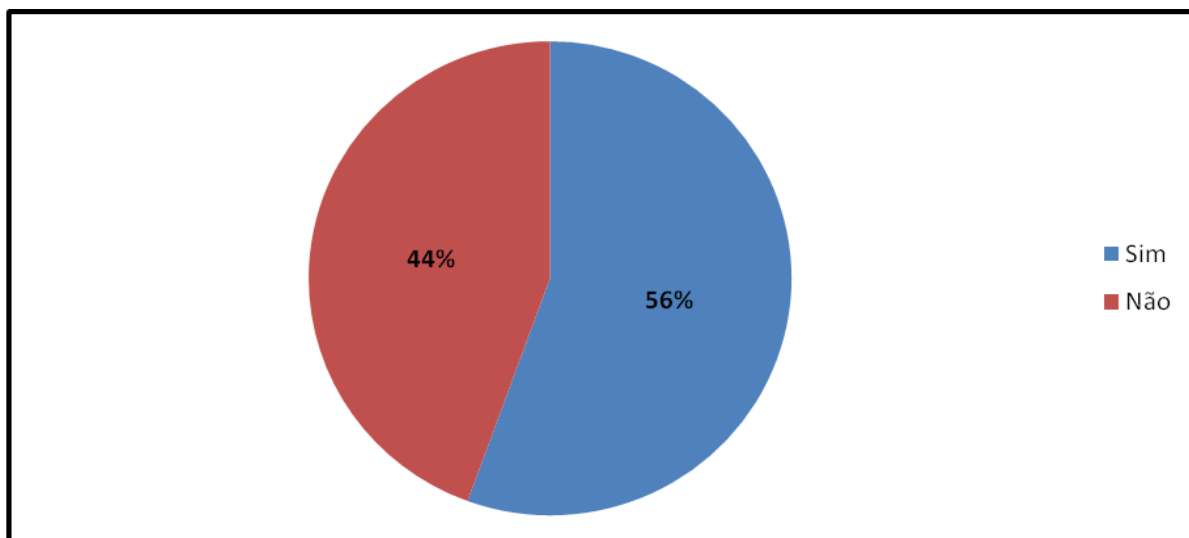


Gráfico 5 - Patrimônios identificados pela população como sendo tombados

Com relação aos espaços culturais que as pessoas abordadas costumam frequentar, as respostas foram mais variadas, porém, a Morada dos Baís apareceu entre os mais visitados (gráfico 6).

Gráfico 6 - Espaços culturais que as pessoas abordadas frequentam

Quando a pergunta foi para identificar se a pessoa participaria ou não de algum programa de educação patrimonial, para obter maior conhecimento sobre esta temática as respostas foram de 44% não e 56% sim (gráfico 7).

Gráfico 7 - Participação em programa de educação patrimonial

É comum ao receber visitas de outras cidades mostrar o local onde se mora, e foi neste sentido que a pergunta “Quando você recebe pessoas de outras cidades, costuma levar para conhecer algum monumento, museu ou patrimônio arquitetônico?” foi inserida no formulário 67% respostas positivas (gráfico 8) e a Morada dos Baís apareceu 9 vezes (gráfico 9).

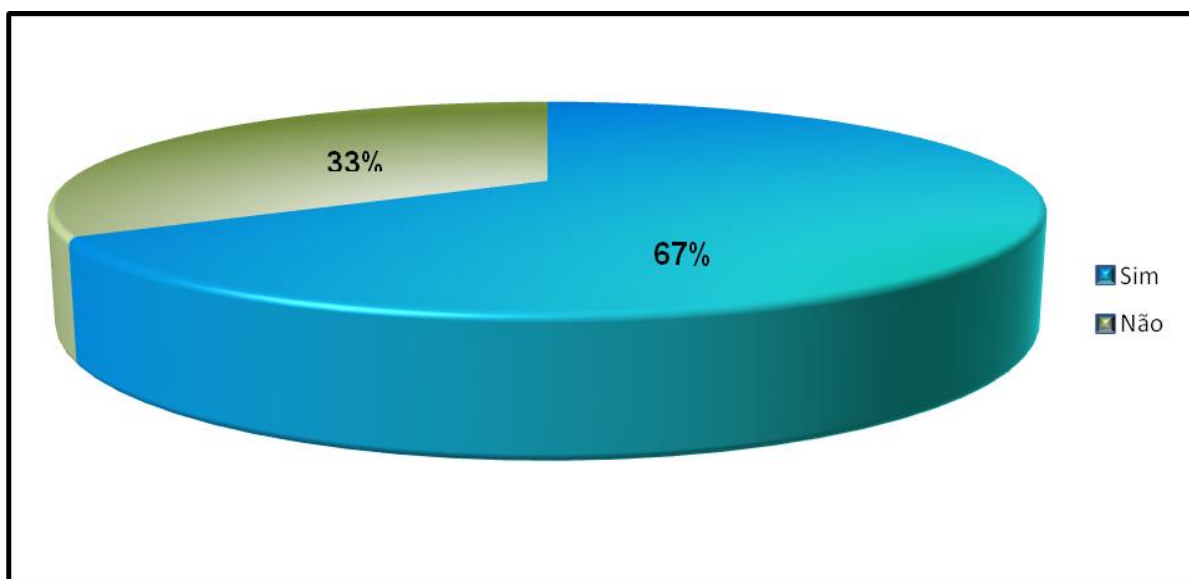
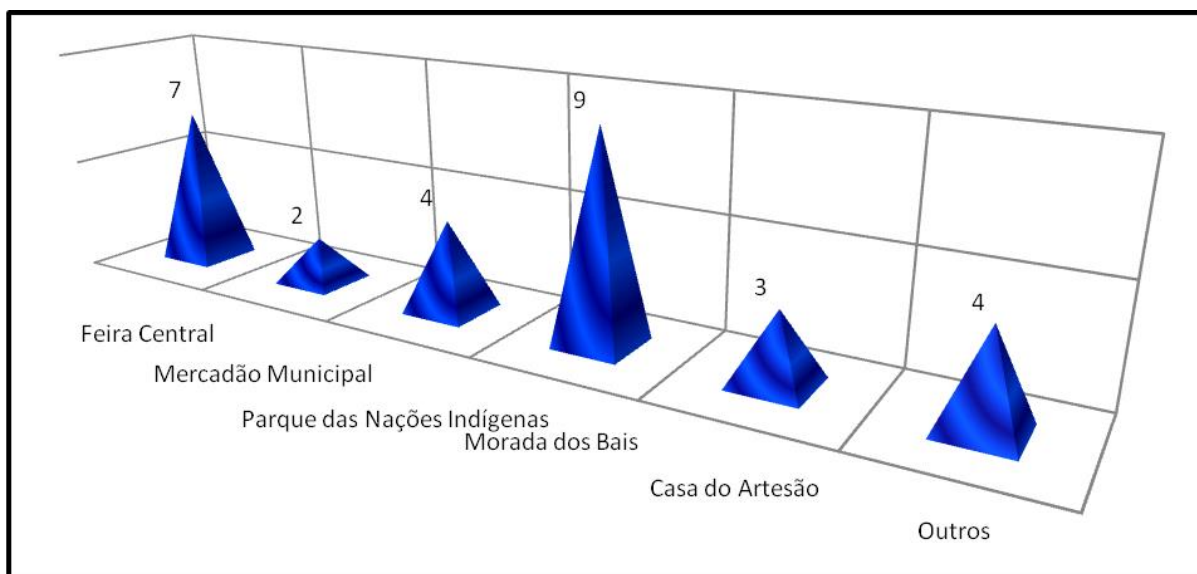
Gráfico 8 - Amostragem de pessoas que costumam levar visitantes de outras cidades para conhecer Campo Grande - MS

Gráfico 9 - Locais que as pessoas costumam levar seus convidados para conhecer em Campo Grande - MS



Foi questionado aos participantes se era comum ver patrimônios depredados (gráfico 10) e para aqueles que responderam sim foi solicitado que mencionassem quais (gráfico 11).

Gráfico 10 - Amostragem de pessoas que já viram bens patrimoniais depredados

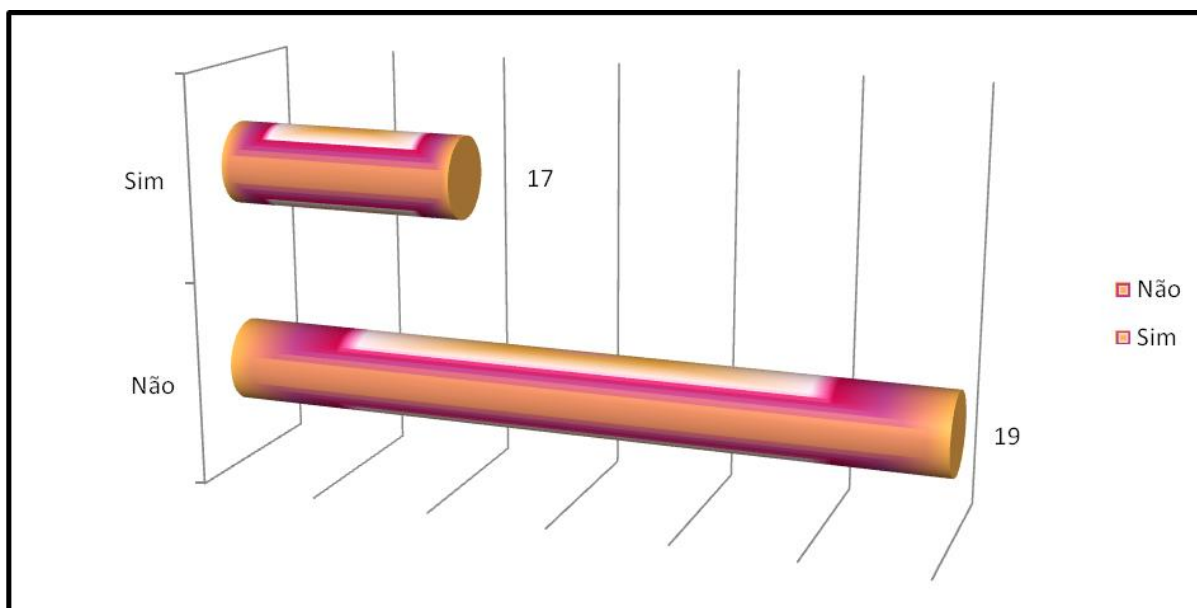
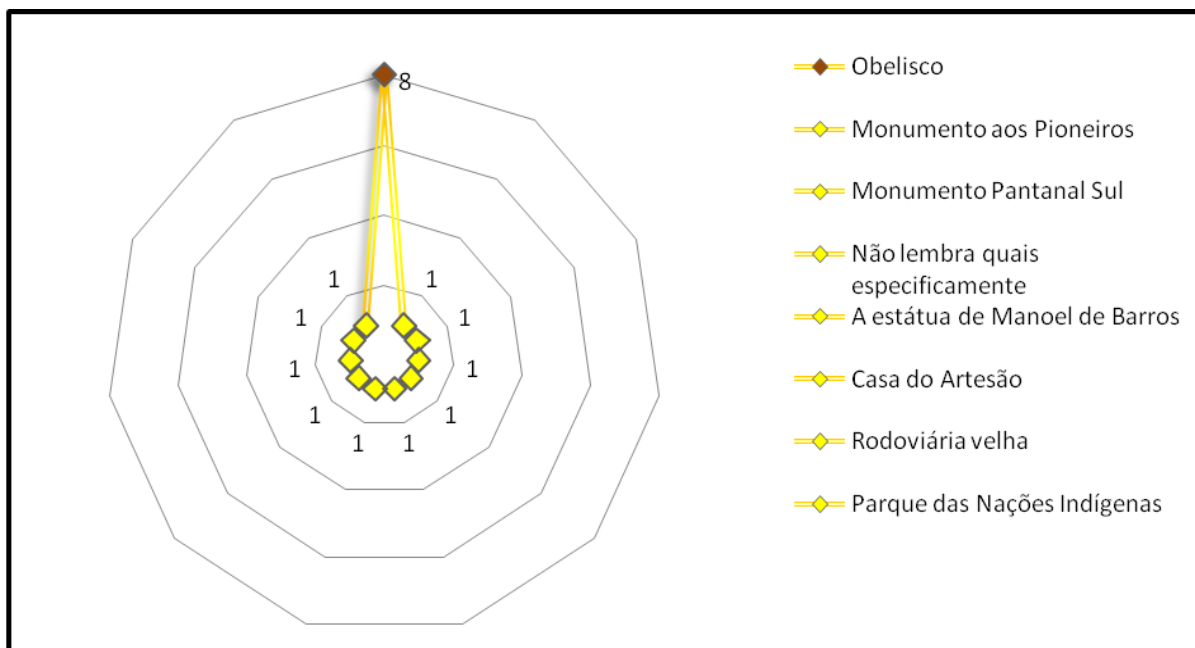
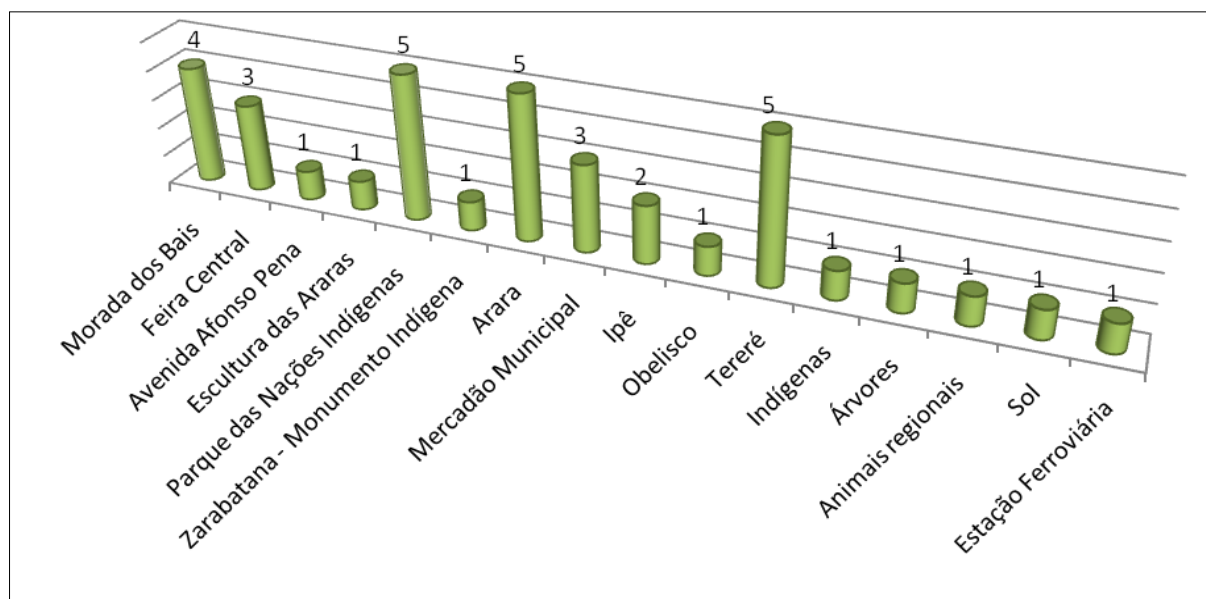


Gráfico 11 - Bens patrimoniais que já foram vistos depredados

É importante identificar quais são os patrimônios que a população campo-grandense reconhece como sendo parte de sua história, diante deste pensamento a última pergunta do questionário foi direcionada a identificar qual ou quais os patrimônios as pessoas reconhecem como símbolo da capital, no gráfico 12 é possível verificar que não apenas os patrimônios arquitetônicos e culturais estão na memória dos entrevistados.

Gráfico 12 - Bens patrimoniais reconhecidos como símbolo de Campo Grande - MS

Os participantes da pesquisa puderam inserir no final do questionário comentários e embora a maioria tenha optado em não expressar nada, houve três pessoas que acrescentaram sua opinião:

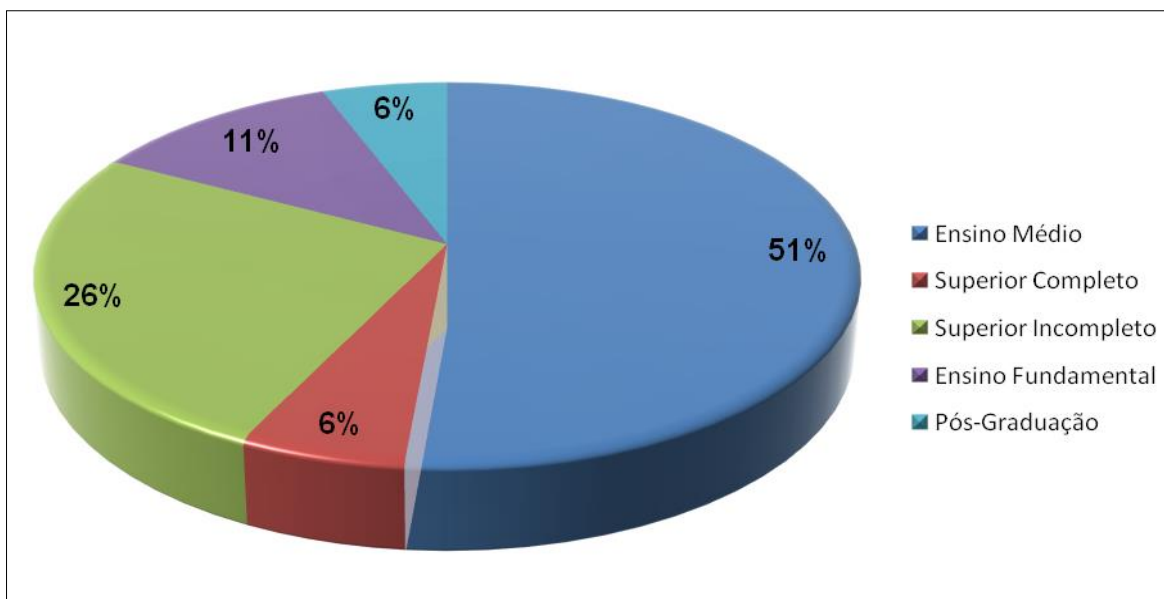
1. Existe uma falta de incentivo por parte do governo federal, estadual e municipal de propagandas sobre os locais e as visitas para que pessoa do próprio município vá. Revoltado com monumentos virarem pontos para propaganda, falta de respeito com a população.
2. A capital é rica em história, cultura e gastronomia.
3. Uma cidade que preserva sua história possui memória.

4.2 Questionários presenciais

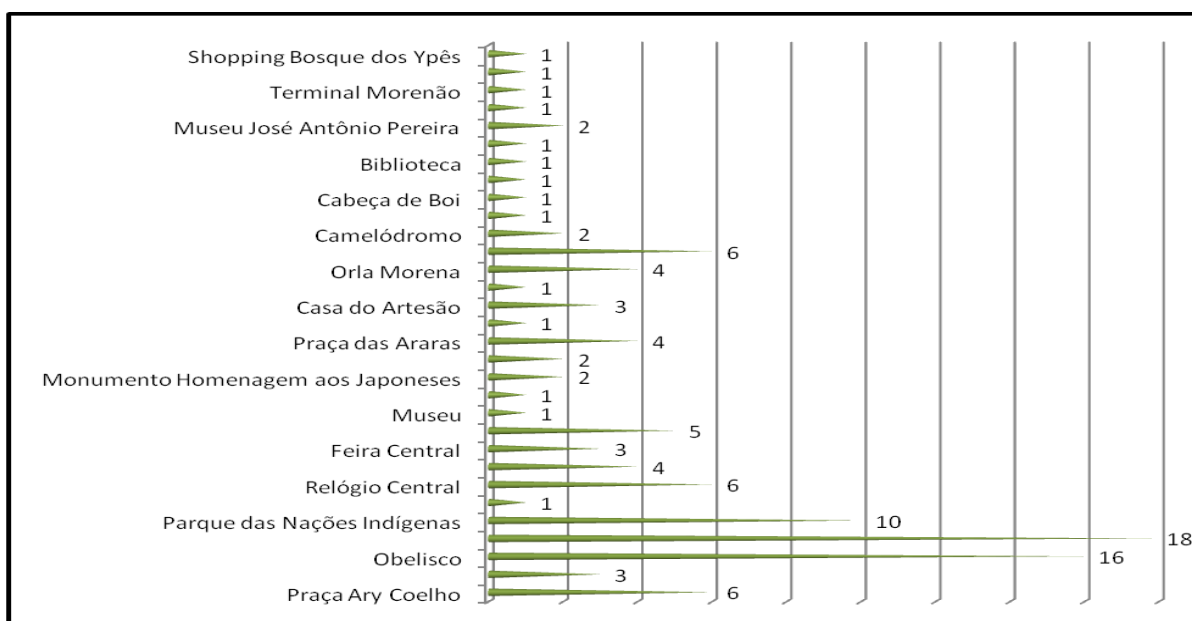
Foram aplicados 35 questionários presenciais (Apêndice B), abordando a população que estava na região do Centro Histórico da Cidade, a faixa etária das pessoas variou de 16 a 66 anos, sendo que 63% foram mulheres, 31% foram homens e 6% deixaram a questão em branco. As respostas foram de 63% de pessoas que não moram na região central da cidade e apenas 37% que residem no centro da cidade.

Quarenta e nove por cento dos participantes da pesquisa são naturais de Campo Grande, 23% são naturais do interior do estado e 29% são de outros estados da federação. O tempo de residência na Capital variou de 2 meses a 47 anos.

O grau de escolaridade, assim como na pesquisa on-line, também oscilou entre ensino médio e pós-graduação (gráfico 13), já a profissão, responderam o questionário, estudantes, professores, atendentes de call center, cozinheira, vendedores entre outras profissões do terceiro setor.

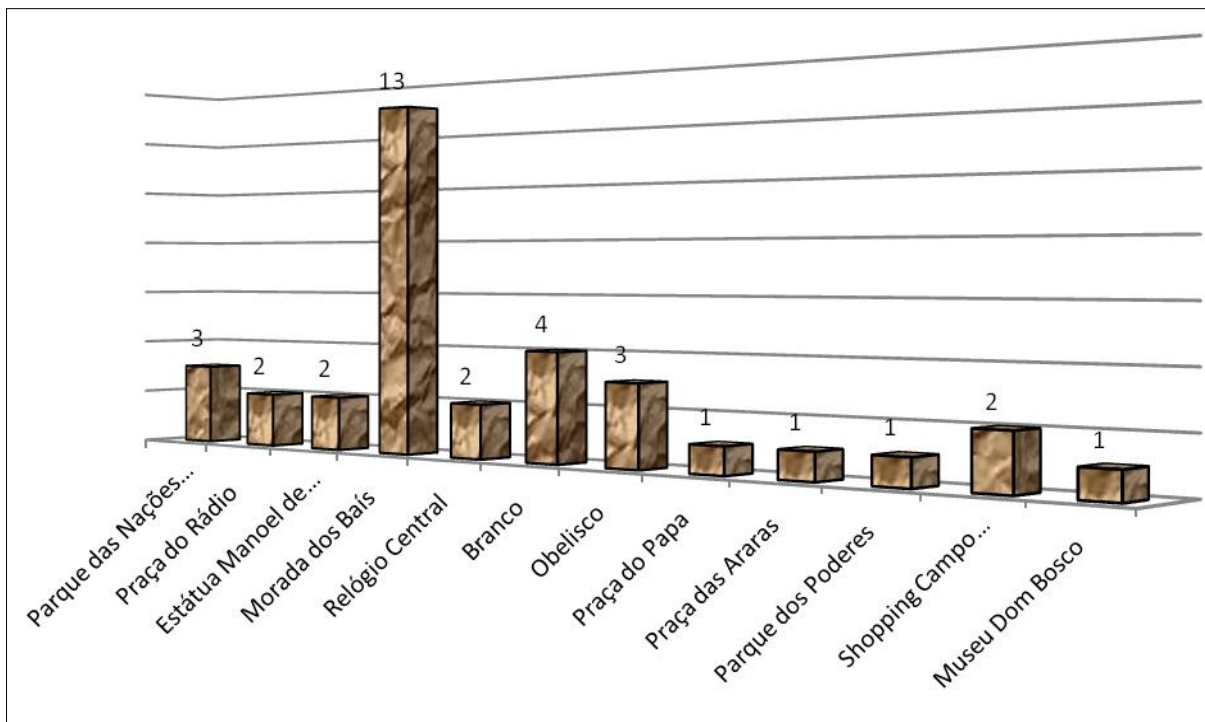
Gráfico 13 - Grau de Escolaridade dos participantes da pesquisa

Com relação à primeira pergunta “Quais os patrimônios arquitetônicos, museus ou monumentos da área central de Campo Grande - MS que você conhece?” a média de conhecimento de ao menos três patrimônios se manteve e a Morada dos Baís se manteve como o patrimônio arquitetônico de Campo Grande com maior popularidade (gráfico 14).

Gráfico 14 - Patrimônios arquitetônicos, museus ou monumentos da área central de Campo Grande - MS que as pessoas conhecem

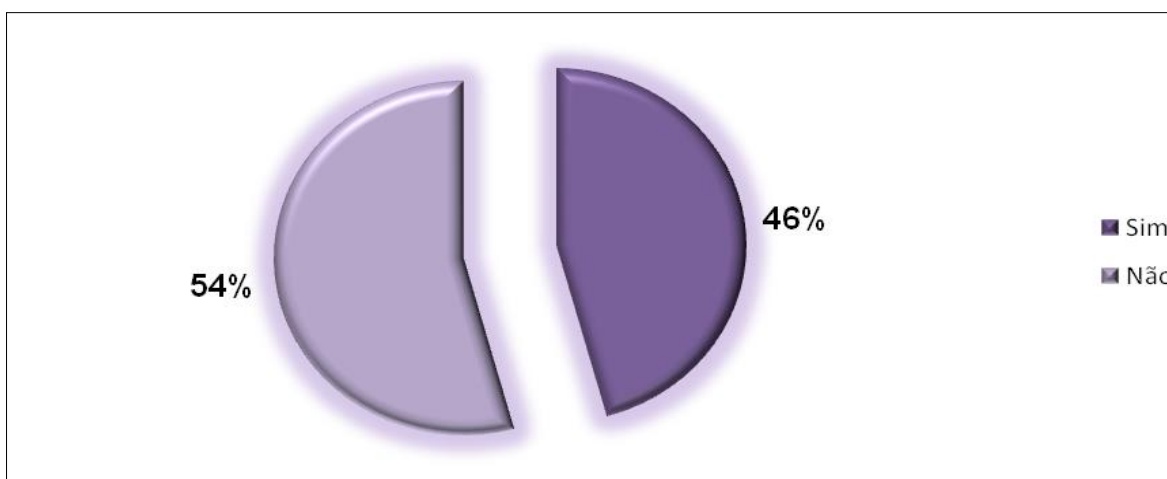
A opinião de quem respondeu o questionário com relação à preservação dos patrimônios mencionados por eles na questão anterior está exposta no gráfico 15.

Gráfico 15 - Patrimônios arquitetônicos, museus ou monumentos da área central de Campo Grande - MS reconhecidos como preservado



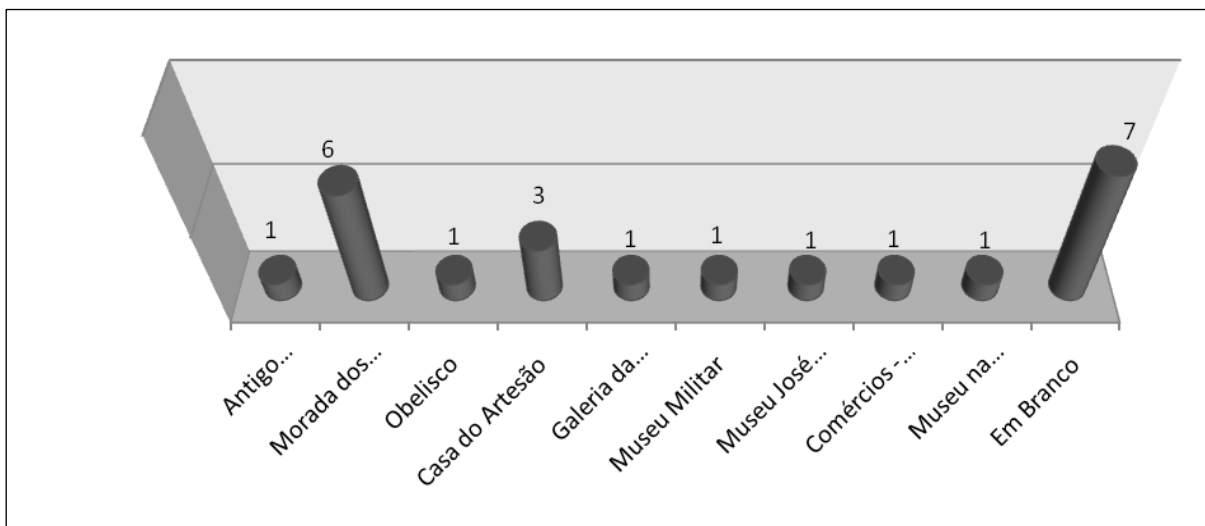
A percepção das pessoas com relação ao o que é tombamento de patrimônio histórico está apresentada no gráfico 16 e, diferente das respostas on-line, a maioria afirmam não saber o que é.

Gráfico 16 - Grau de conhecimento do que é tombamento de patrimônio histórico



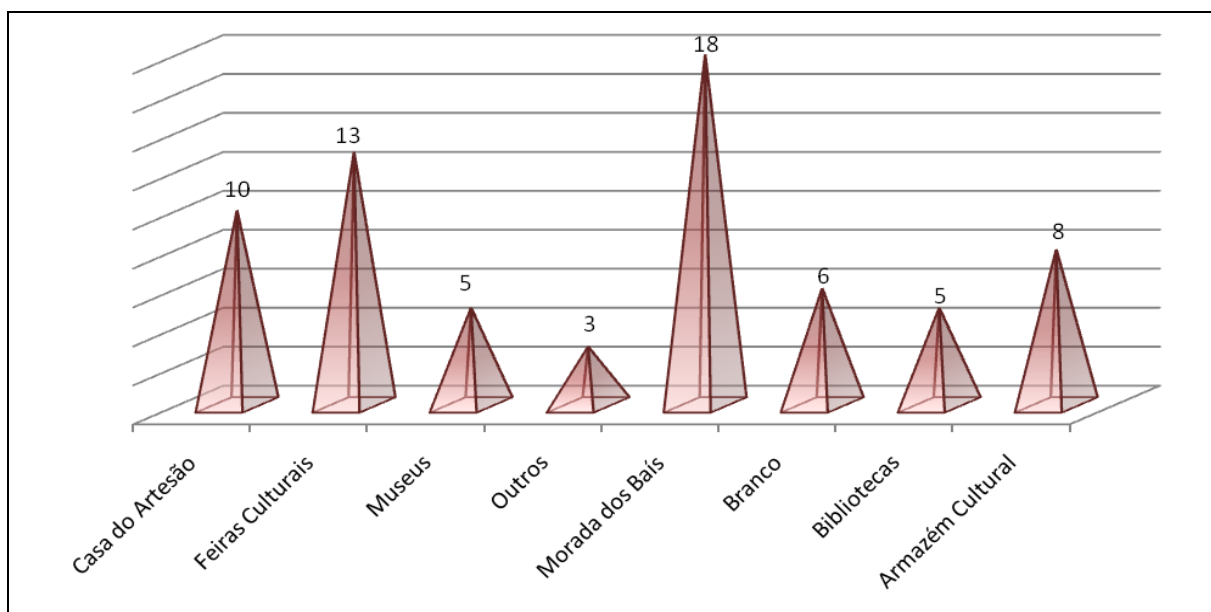
Em consequência do não conhecimento do que é tombamento de patrimônio histórico, a maioria das respostas para o complemento da questão 10 do questionário foi em branco, mas para quem respondeu sim, a Morada dos Baís foi o patrimônio arquitetônico mais mencionado (gráfico 17).

Gráfico 17 - Patrimônios identificados, no questionário, como sendo tombados



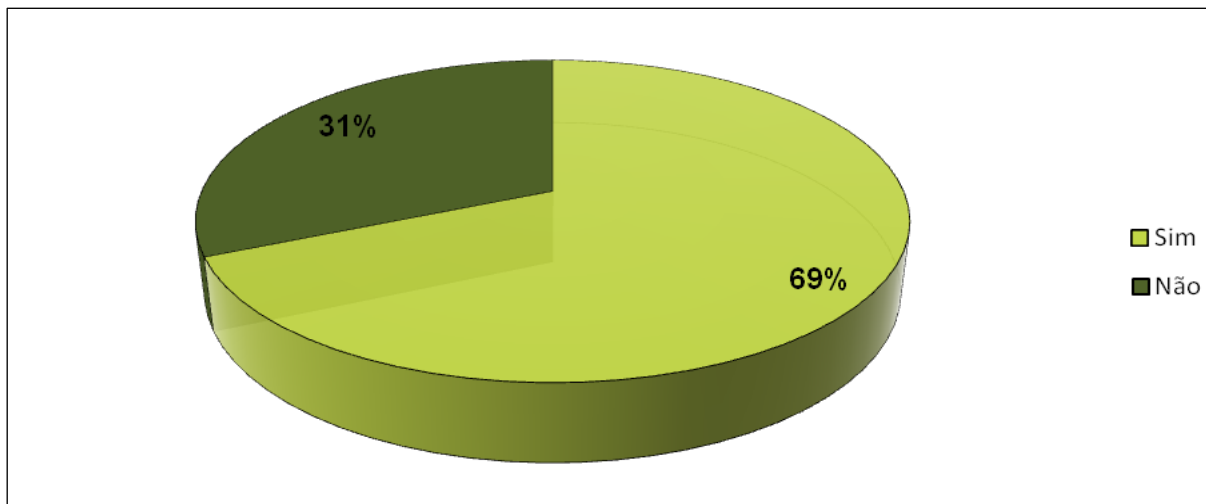
Com relação aos espaços culturais que as pessoas que responderam o questionário costumam frequentar, as respostas foram mais variadas, porém a Morada dos Baís apareceu entre os mais visitados (gráfico 18).

Gráfico 18 - Espaços culturais que as pessoas frequentam



Quando a pergunta foi para identificar se as pessoas participariam ou não de algum programa de educação patrimonial, para obter maior conhecimento sobre esta temática as respostas foram de 31% não e 69% sim conforme o gráfico 19.

Gráfico 19 - Participação em programa de educação patrimonial



Ao receber visitas de outras cidades, 21 pessoas afirmaram levar seus convidados para conhecer Campo Grande e 14 disseram que não passeia com suas visitas, conforme ilustra o gráfico 20. Já no gráfico 21, são apresentados quais locais são visitados pelos moradores com seus convidados, embora a maioria tenha deixado esta resposta em branco, a Morada dos Baís foi a mais citada.

Gráfico 20 -: Amostragem de pessoas que costumam levar visitantes de outras cidades para conhecer Campo Grande - MS

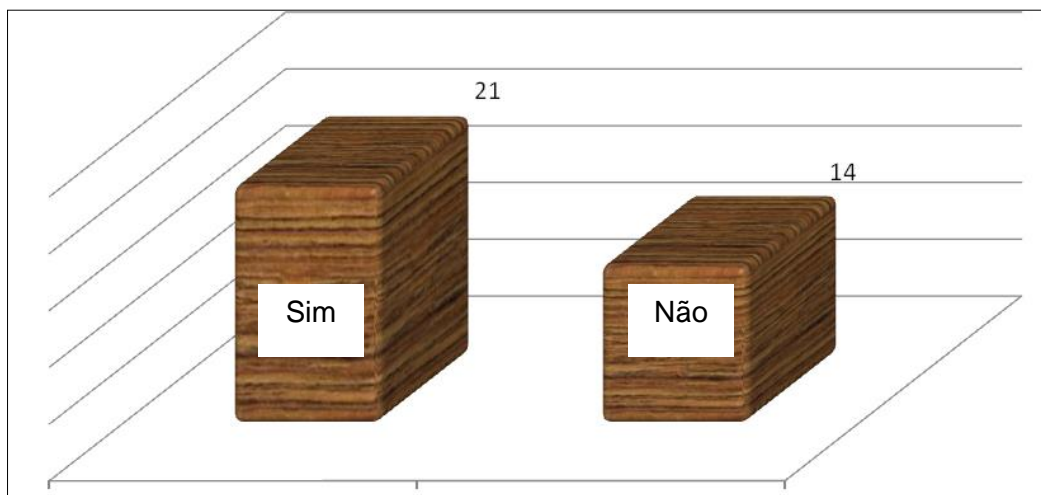
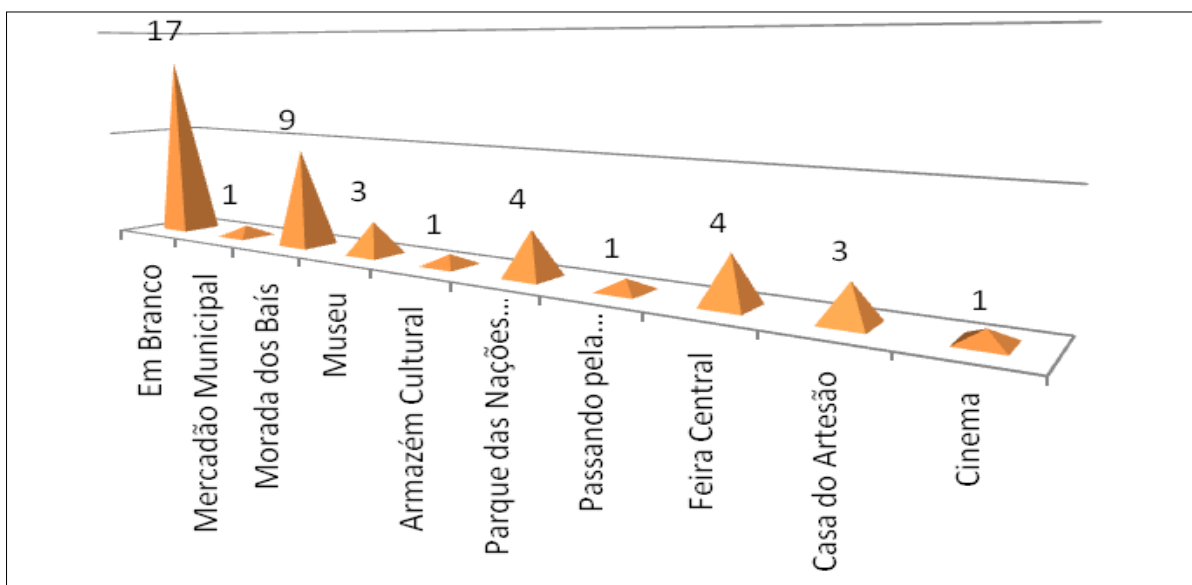


Gráfico 21 - Locais que as pessoas costumam levar seus convidados para conhecer em Campo Grande - MS



Foi questionado às pessoas se era comum ver patrimônios depredados (gráfico 22) e para aqueles que responderam sim foi solicitado que mencionassem quais (gráfico 23).

Gráfico 22 - Amostragem de pessoas que já viram bens patrimoniais depredados

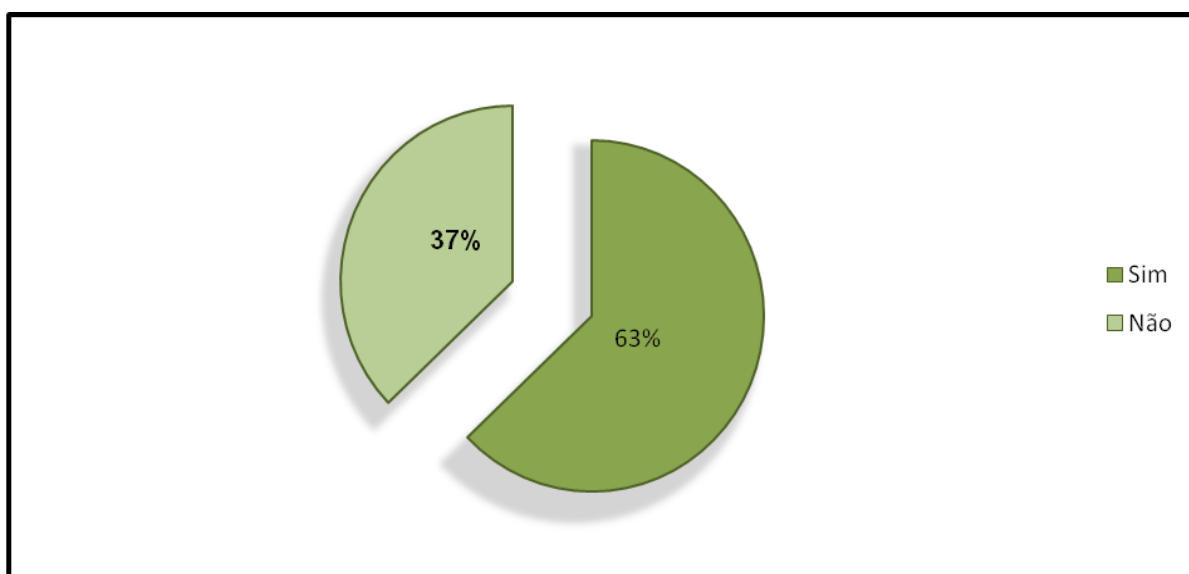
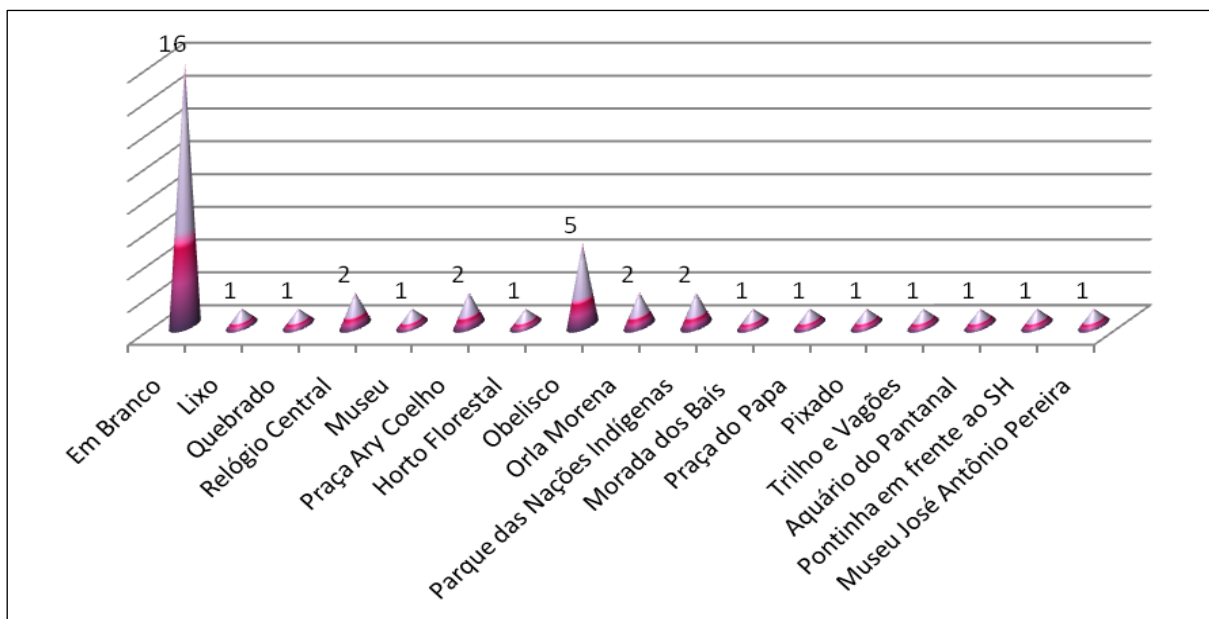
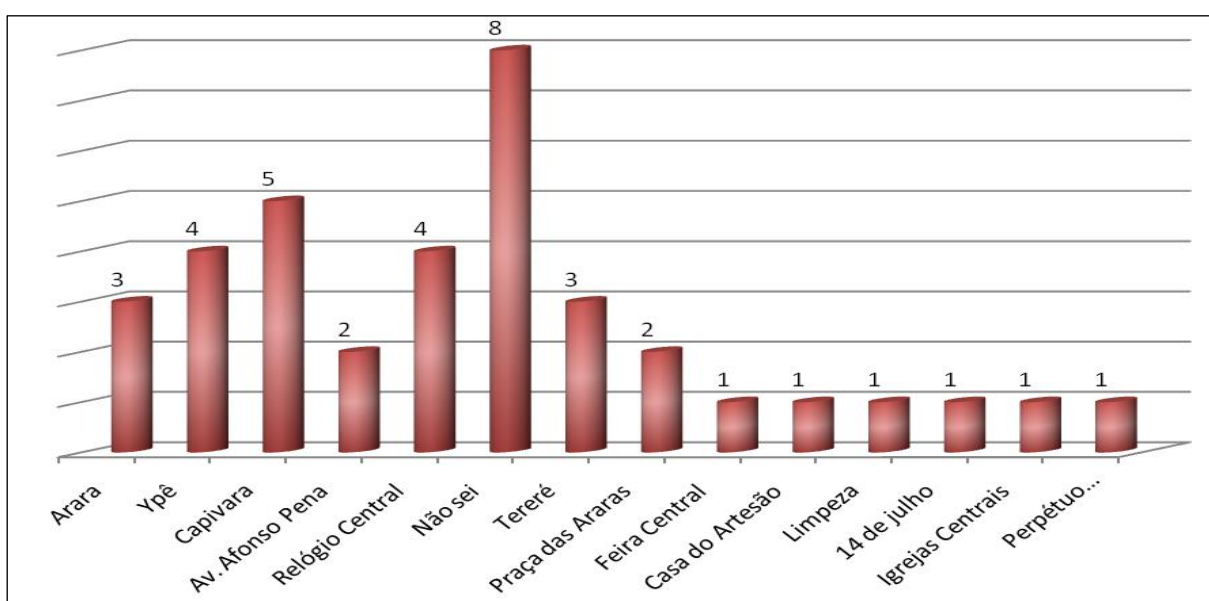


Gráfico 23 - Bens patrimoniais que já foram vistos depredados

Na questão que identificam quais são os patrimônios que a população campo-grandense reconhece como sendo parte de sua história, o resultado foi bastante similar ao questionário on-line, que não apenas os patrimônios arquitetônicos e culturais são reconhecidos pela população, mas também elementos naturais (gráfico 24).

Gráfico 24 - Bens patrimoniais reconhecidos como símbolo de Campo Grande - MS

Com relação a ultima questão, os questionários respondidos de forma presencial, estavam todos em branco, ou seja, nenhum participante desejou acrescentar nenhuma informação extra.

Analisando de forma comparativa os dois formatos da pesquisa foram identificados diferenças nas respostas, mas também houve pontos em comum, essas informações são apresentadas no quadro 2.

Quadro 2 - Comparativo entre os dois grupos da pesquisa

Perguntas	Questionário on-line	Questionário presencial
Patrimônios arquitetônicos, museus ou monumentos da área central de Campo Grande -MS que as pessoas conhecem	Morada dos Baís (citada 19 vezes) Obelisco (citado 11 vezes)	Morada dos Baís (citado 18 vezes) Obelisco (citado 17 vezes)
Patrimônios arquitetônicos, museus ou monumentos da área central de Campo Grande -MS reconhecidos como preservado	Morada dos Baís (citada 23 vezes)	Morada dos Baís (citada 18 vezes)
Grau de conhecimento do que é tombamento de patrimônio histórico	Sim	Não
Patrimônios identificados no questionário, como sendo tombados	Morada dos Baís (citada 15 vezes)	Em branco (7 respostas) Morada dos Baís
Espaços culturais que as pessoas frequentam	Feiras Culturais (citada 24 vezes) Morada dos Baís (citada 20 vezes)	Morada dos Baís (citada 18 vezes) Feiras Culturais (citada 13 vezes)
Participação em programa de educação patrimonial	Não	Sim
Amostragem de pessoas que costumam levar visitantes de outras cidades para conhecer Campo Grande -MS	Sim	Sim
Locais que as pessoas costumam levar seus convidados para conhecer Campo Grande -MS	Morada dos Baís (citada 9 vezes) Feira Central (citada 7 vezes)	Em Branco (17 respostas) Morada dos Baís (citada 9 vezes)
Amostragem de pessoas que viram bens patrimoniais depredados	Sim	Não
Bens patrimoniais que já foram vistos depredados	Obelisco (citado 8 vezes)	Em Branco (17 respostas) Obelisco (citado 5 vezes)
Bens patrimoniais reconhecidos como símbolo de Campo Grande -MS	Parque das Nações Indígenas (citado 5 vezes) Arara (citado 5 vezes) Tereré (citado 5 vezes) Morada dos Baís (citada 4 vezes) Feira Central (citado 3 vezes) Ypê (citado 2 vezes)	Não sei (citado 8 vezes) Cativara (citado 5 vezes) Relógio Central (citado 4 vezes) Ypê (citado 4 vezes) Tereré (citado 3 vezes) Arara (citado 3 vezes) Afono Pena (citado 2 vezes) Praça das Araras (citado 2 vezes)

Fonte: Laura Urquiza, 2018.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Patrimônio é uma herança que pode ser individual ou coletiva, estes bens deixados por nossos ancestrais começaram a ter seus regulamentos de preservação a partir da Carta de Atenas (1933), e desde então outros órgão de regulamentação iniciaram seus trabalhos para garantir o direito do cidadão em ter acesso às informações no que diz respeito a patrimônio histórico cultural. Em Campo Grande - MS o plano diretor é o documento norteador da PLANURB para ações ligadas aos bens que estão inseridos nas Zonas de Especial Interesse Cultural.

A valorização do patrimônio histórico cultural está diretamente ligada ao território, isso porque é no território que a vida social de uma pessoa acontece e onde sua identidade é construída, a partir disso inicia-se o processo de territorialização do lugar. O valor patrimonial não pode ser entendido sem que se entenda o território ao qual este está inserido, isso deve acontecer no amplo sentido, pois assim como patrimônio, território também tem suas naturezas material e imaterial.

Para que o desenvolvimento local aconteça o processo tem que acontecer de dentro para fora, os integrantes de uma comunidade se unem para trabalhar em prol de um objetivo comum visando sempre a melhoria de vida, neste processo o sentimento de solidariedade também se desenvolve e sua identidade é construída. A simbologia criada em torno deste território e de seus patrimônios herdados é que despertam o sentimento de preservação.

A valorização histórico-cultural do patrimônio arquitetônico é um sentimento importante para que o processo de patrimonialização aconteça, e assim desperte o sentimento de proteção por parte da comunidade para garantir que as próximas gerações também tenham acesso ao bem herdado, mas é a relação da população com este mesmo bem que desenvolverá no indivíduo o sentimento de pertença com o patrimônio.

A memória por sua vez também está diretamente ligada ao processo de valorização patrimonial, pois é a partir dela que o indivíduo registra as vivências que

ele ou a comunidade na qual ele está inserido é que vai construir o valor que o bem tem para ele e/ou para sua comunidade.

O valor cultural do patrimônio está inserido no valor histórico e é conforme as pessoas vão compreendendo o lugar é que os valores culturais são atribuídos e a história se constrói.

A identidade coletiva e o sentimento de pertença estão ligados a valores comuns de um grupo, que se constroem através de experiências vividas, dos laços pessoais, das características que diferencia pessoas de um determinado grupo e do afeto que este grupo tem pelo lugar que está inserido. A roda de Tereré em Campo Grande pode ser um bom exemplo para definir este tema.

Diante de tudo que foi descrito acima, preservar esta história construída é possível através do tombamento do patrimônio, que é uma ação legal, que qualquer cidadão pode pedir. Este processo se torna importante para construção da identidade de um local e também para preservar e conservar o patrimônio pensando no futuro, a intenção é sempre trazer a comunidade para participar junto com este processo, ou seja, sensibilizá-lo para que o indivíduo seja agente do processo de conservação. Não se pode esquecer que todas as questões anteriores precisam ser conhecidas antes que ações nesta esfera sejam propostas.

Foi possível perceber que em Campo Grande - MS embora a população seja em sua maioria pessoas que não são naturais da cidade, há um processo de valorização do patrimônio Morada dos Baís considerando a memória coletiva e as vivências atuais que têm proporcionado desde que o Sesc-MS assumiu sua gestão e abriu a casa para atividades culturais.

A população de Campo Grande possui um sentimento de pertença pela roda de tereré e isso foi demonstrado nos resultados da pesquisa em cena. Assim como os laços afetivos com as aves conhecidas popularmente por arara também retratam a identidade do campo-grandense.

A pesquisa retratou que o valor dado aos patrimônios arquitetônicos que a população valoriza não está relacionado ao tombamento do mesmo e sim com o sentimento de pertença da população com a identidade de Campo Grande que não é uma construção arquitetônica; a empatia da população é com os símbolos que a cidade carrega o modo de viver do campo-grandense.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário *et al.* *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP7A, 2003.

ÁVILA, Vicente Fideles de. (Coord.) *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. Campo Grande: Editora UCDB, 2000.

_____. *Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local*. Sobral: UVA, 2006.

_____. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Campo Grande, n. 1, v. 1, set. 2000, p. 63-73.

BRAND, Antônio; MARINHO, Marcelo; LIMA, Vanusa Ribeiro de. *História, identidade e desenvolvimento local: Questões e conceitos*. *História & Perspectiva*, Uberlândia, v. 36/37, p. 363-388, jan./dez., 2007.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: Promulgada em 5 de outubro de 1988 / obra coletiva de autoria da editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. - 35. ed. atual e ampl. - São Paulo: Saraiva, 2005. - (Coleção Saraiva de legislação).

_____. *Constituição, 1988*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal - Centro Gráfico, 1988.

_____. *Estatuto da Cidade* (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001) / obra coletiva de autoria da editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. - São Paulo: Saraiva, 2001. - (Coleção Saraiva de legislação).

CAMPO GRANDE/MS. *Plano Diretor* (Anexo III - Lei complementar nº 161, de 20 de julho de 2010). Disponível em: <<https://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/>>. Acesso em: 3 out. 2017.

_____. *Plano Diretor* (Lei complementar n. 94, de 6 de outubro de 2006). Disponível em: <<https://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/>>. Acesso em: 3 out. 2017.

CASTILHO, Maria Augusta; SANTOS, Maria Cristina de Lima Félix. *Catálogo Patrimônio Histórico e Cultural de MS*. Campo Grande - MS: Life editora, 2016. 96 p.

CIRAD-SAR. *Systemes agro-alimentaires localisés: organisations, innovation et développement local*. Montpellier, França, 1996. (Cirad-Sar, 134/96).

CLAXTON, M. *Cultura y desarrollo: estudio*. Paris: UNESCO, 1997. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000970/097070S.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

COSTA, Reginaldo Brito. Sistemas agrossilvipastoris como alternativa sustentável para a agricultura familiar. *Revista Interações*. Campo Grande: UCDB, v. 3, n. 5, p. 25-32, set. 2002.

CREA-SP. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo. *Patrimônio histórico: como e por que preservar*. Coordenação de: Nilson Ghirardello e Beatriz Spisso; colaboradores: Gerson Geraldo Mendes Faria [et al.]. Bauru, SP: Canal 6, 2008.

DI MEO, G. *Géographies tranquilles du quotidien*. Cahiers de Géographie du Québec. Volume 43, n° 118, avril 1999. Pages 75-93.

_____. *L'identité: une médiation essentielle du rapport espace/ société*. In: *Géocarrefour*, vol. 77, n°2, 2002. pp. 175- 184.

_____. Patrimoine et territoire, une parenté conceptuelle. In: *Methodes et Enjeux Spaciaux, Espaces et Sociétés*, n. 78, Paris: L'Harmattan, 1995, p. 15-34.

DIAS, Reinaldo. *Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERNANDES, Hélène Marie Dias. *A (re)territorialização do patrimônio cultural tombado do Porto Geral de Corumbá-MS no contexto do desenvolvimento Local*. 2008. 148 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, 77 p.

GALBIERI, Thalita Ariane. Os planos para cidade no tempo. *Vitruvius*, edição 079.01, ano 07, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.079/3069>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

GONÇALVES, Y. F. *Patrimônio Arquitetônico: conceitos contemporâneos, políticas públicas e TICs*. Disegnarecon. Documentazione e Conservazione Del Patrimonio architetonico e Urbano, Doco 2012.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e o território de exclusão. In: CASTRO, I. et al. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro; 1995.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Patrimônio Imaterial*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/71>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

_____. *Patrimônio Material*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. *Carta de Atenas 1933*. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em 10 out. 2017.

JARA, Carlos Júlio. *A sustentabilidade do desenvolvimento local: Desafios de um Processo em Construção*. Editora IICA (Instituto Interamericano de cooperação para a agricultura). 1998.

LACERDA, N. Valores dos bens patrimoniais. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Silvio Mendes (Orgs.). *Plano de gestão da conservação: gestão e métodos*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. 2012. p. 45-57.

LANDEL, P. A.; SENIL, N. Patrimoine et territoire, les nouvelles ressources du développement. In: *développement durable et territoires* [Enligne], Dossier 12 | 2009

LE BOURLEGAT, C. A. Ordem local como força interna de desenvolvimento. *Revista Interações*, n.1, p. 13-20, set. 2000.

LE GOOF, J. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 1992.

LIRA, F.; CABRAL, R. *Estrutura nacional de conservação*. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Silvio Mendes (Orgs.). *Plano de gestão da conservação: gestão e métodos*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. 2012. p. 71-87.

MEIRELLES, H. L. *Direito municipal brasileiro*. 16.ed. Atualizado por Marcio Schneider Reis e Edgard Neves da Silva. São Paulo: Malheiros, 1990.

OLIVEIRA, Francisco de. Aproximação ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local? *Revista Polis*, São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Ática, 2010.

PIERSON, D. *Teoria e pesquisa em sociologia*. S/trad. 8.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

PLANURB. Instituto Municipal de Planejamento Urbano. *Perfil Socioeconômico de Campo Grande*. 23. ed. rev. Campo Grande, 2016.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática. 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típicoideais. In: FERNANDES, F. (Org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação* São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 96-116.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

YÁZIGI, Eduardo. *Saudades do futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo*. Plêiade, 2009.

ZANCHETI, S. M.; LAPA, T. *Conservação integrada: evolução conceitual*. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Silvio Mendes (Orgs.). *Plano de gestão da conservação: gestão e métodos*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. 2012. p. 19-28.

APÊNDICES

APÊNDICE A
Questionário On-Line

Patrimônio arquitetônico e cultural de Campo Grande - MS

PERGUNTAS

RESPOSTAS

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E CULTURAL DA ÁREA CENTRAL DE CAMPO GRANDE NA PERSPECTIVA DA MEMÓRIA E DO DESENVOLVIMENTO LOCAL.

Formulário de Pesquisa contendo 16 perguntas, sendo 6 questões de múltipla escolha e 10 questões dissertativas. As 15 primeiras perguntas são de resposta obrigatória e a última questão é de resposta optativa.

TCLE

★

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa intitulada "PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E CULTURAL DA ÁREA CENTRAL DE CAMPO GRANDE NA PERSPECTIVA DA MEMÓRIA E DO DESENVOLVIMENTO LOCAL", sendo a pesquisadora responsável LAURA KAROLINY ALVES URQUIZA DOS SANTOS (E-mail: laurakurquiza@gmail.com), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, pela Universidade Católica Dom Bosco, sob a orientação da Professora Doutora MARIA AUGUSTA DE CASTILHO (E-mail: m.a.castilho@terra.com.br).

Considerando que o patrimônio arquitetônico e cultural representa a identidade de um local e que a sua preservação resulta na preservação da memória da comunidade, esta pesquisa pretende analisar a cultura e a memória dos patrimônios arquitetônicos e culturais da região central de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil, contextualizando o Desenvolvimento Local, por meio de aplicação de formulário de pesquisa e entrevistas com a população campo-grandense.

Com base nas informações constantes dos itens acima e as normas expressas na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, consinto, de modo livre e esclarecido, participar da presente pesquisa na condição de participante da pesquisa e/ou responsável por participante da pesquisa, sabendo que:

1. A participação em todos os momentos e fases da pesquisa é voluntária e não implica quaisquer tipos de despesa e/ou ressarcimento financeiro. Em havendo despesas operacionais, estas, deverão estar previstas no Cronograma de Desembolso Financeiro e em nenhuma hipótese poderão recair sobre o participante da pesquisa e/ou seu responsável;
2. A liberdade de retirada do consentimento e da participação no respectivo estudo é garantida a qualquer momento, sem qualquer prejuízo, punição ou atitude preconceituosa;
3. O anonimato é garantido;
4. Os dados coletados só serão utilizados para a pesquisa e os resultados poderão ser veiculados em livros, ensaios e/ou artigos científicos em revistas especializadas e/ou em eventos científicos;
5. A pesquisa aqui proposta foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), que a referenda;
6. Caso o(a) participante necessite de informações ou protocolar queixas em relação aos procedimentos aos quais foi submetido durante a pesquisa, quando por estes se sentir lesado poderá contactar o CEP/UCDB: Telefone: (67) 3312-3723 / E-mail: cep@ucdb.br / Endereço: Av. Tamandaré, 6000, Jardim Seminário – CEP: 79117-900 – Campo Grande-MS.

☐ Aceito participar desta pesquisa



27/08/2017

Patrimônio arquitetônico e cultural de Campo Grande - MS - Formulários Google

Idade: *

Texto de resposta curta

Sexo: *

☐ Feminino☐ Masculino☐ Outros

Atividade/Profissão: *

Texto de resposta curta

Em qual região de Campo Grande você mora? *

☐ Zona Central☐ Zona Periférica

Qual o seu local de procedência? *

☐ Campo Grande - MS☐ Interior do estado de MS☐ Outros estados da federação

A quanto tempo você mora em Campo Grande - MS? *

Texto de resposta curta

Qual o seu grau de escolaridade? *

☐ Não alfabetizado☐ Ensino Fundamental (1ª a 4ª série)

27/08/2017

Patrimônio arquitetônico e cultural de Campo Grande - MS - Formulários Google

- ☐ Ensino Médio
- ☐ Superior Incompleto
- ☐ Superior completo
- ☐ Pós-graduação

Quais os patrimônios arquitetônicos, museus ou monumentos da área central de Campo Grande – MS que você conhece? *

Texto de resposta longa

Dos patrimônios arquitetônicos, museus ou monumentos mencionados por você na pergunta anterior, qual você considera mais preservado? *

Texto de resposta curta

Você sabe o que é tombamento de patrimônio histórico? Em caso afirmativo cite alguns patrimônios tombados da área central de Campo Grande – MS: *

Texto de resposta longa

Quais espaços culturais de Campo Grande você frequenta? *

Pode escolher mais de uma opção.

- ☐ Museus
- ☐ Bibliotecas
- ☐ Feiras culturais
- ☐ Casa do artesão
- ☐ Morada dos Baís
- ☐ Outros

Você participaria de um programa de educação patrimonial, para obter mais

27/08/2017

Patrimônio arquitetônico e cultural de Campo Grande - MS - Formulários Google

☐ Sim☐ Não

Quando você recebe pessoas de outras cidades, costuma levar para conhecer algum monumento, museu ou patrimônio arquitetônico? Caso afirmativo qual? *

Texto de resposta longa

Você já viu algum monumento cultural de Campo Grande depredado? Caso afirmativo qual foi? *

Texto de resposta longa

Na sua opinião, qual o símbolo que mais representa a cidade de Campo Grande – MS? *

Texto de resposta longa

Deseja expressar outras informações?

Texto de resposta longa

27/08/2017

Patrimônio arquitetônico e cultural de Campo Grande - MS - Formulários Google

APÊNDICE B
Questionário Presencial

PROJETO: PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E CULTURAL DA ÁREA CENTRAL DE CAMPO GRANDE NA PERSPECTIVA DA MEMÓRIA E DO DESENVOLVIMENTO LOCAL



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa intitulada “PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E CULTURAL DA ÁREA CENTRAL DE CAMPO GRANDE NA PERSPECTIVA DA MEMÓRIA E DO DESENVOLVIMENTO LOCAL”, sendo a pesquisadora responsável LAURA KAROLINY ALVES URQUIZA DOS SANTOS, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, pela Universidade Católica Dom Bosco, sob a orientação da Professora Doutora MARIA AUGUSTA DE CASTILHO.

Considerando que o patrimônio arquitetônico e cultural representa a identidade de um local e que a sua preservação resulta na preservação da memória da comunidade, esta pesquisa pretende analisar a cultura e a memória dos patrimônios arquitetônicos e culturais da região central de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil, contextualizando o Desenvolvimento Local, por meio de aplicação de formulário de pesquisa e entrevistas com a população campo-grandense.

Com base nas informações constantes dos itens acima e as normas expressas na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, consinto, de modo livre e esclarecido, participar da presente pesquisa na condição de participante da pesquisa e/ou responsável por participante da pesquisa, sabendo que:

1. A participação em todos os momentos e fases da pesquisa é voluntária e não implica quaisquer tipos de despesa e/ou ressarcimento financeiro. Em havendo despesas operacionais, estas, deverão estar previstas no Cronograma de Desembolso Financeiro e em nenhuma hipótese poderão recair sobre o participante da pesquisa e/ou seu responsável;
2. A liberdade de retirada do consentimento e da participação no respectivo estudo é garantida a qualquer momento, sem qualquer prejuízo, punição ou atitude preconceituosa;
3. O anonimato é garantido;
4. Os dados coletados só serão utilizados para a pesquisa e os resultados poderão ser veiculados em livros, ensaios e/ou artigos científicos em revistas especializadas e/ou em eventos científicos;
5. A pesquisa aqui proposta foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), que a referenda;
6. Caso o(a) participante necessite de informações ou protocolar queixas em relação aos procedimentos aos quais foi submetido durante a pesquisa, quando por estes se sentir lesado poderá contactar o CEP/UCDB: Telefone: (67) 3312-3723 / E-mail: cep@ucdb.br / Endereço: Av. Tamandaré, 6000, Jardim Seminário -CEP: 79117-900 -Campo Grande-MS.
7. O presente termo está assinado em duas vias.

Nome completo do participante: _____ _____	Assinatura: _____
Pesquisadora: Laura Karoliny Alves Urquiza dos Santos E-mail: laurakurquiza@gmail.com	Assinatura: 
Orientadora: Profa. Dra. Maria Augusta de Castilho E-mail: m.a.castilho@terra.com.br	Assinatura: 

FORMULÁRIO DE PESQUISA**Nº** _____**1. Idade:**

[_____] Anos.

2. Sexo:

- a) () Feminino
 b) () Masculino
 c) () Outros

3. Atividade/profissão:

[_____]

4. Mora na:

- a) () Zona Central
 b) () Zona periférica

5. Local de procedência

Campo Grande - MS	
De outros municípios de MS	
Outros Estados da Federação	
Tempo de residência em Campo Grande - MS	

6. Qual seu grau de escolaridade

Não Alfabetizado	
Ensino Fundamental (1ª a 4ª Série)	
Ensino Fundamental (5º ao 9º ano)	
Ensino Médio	
Superior incompleto	
Superior completo	
Pós-Graduação	
Não informado	

7. Quais os monumentos da área central de Campo Grande - MS que você conhece?

1. _____
 2. _____
 3. _____
 4. _____
 5. _____

8. Destes monumentos que você citou acima qual deles, na sua opinião, é o mais preservado?

1. _____

9. Você sabe o que é tombamento de patrimônio histórico?

- Sim ()
 Não ()

10. Em caso afirmativo cite alguns patrimônios tombados da área central de Campo Grande - MS.

1. _____
 2. _____
 3. _____
 4. _____
 5. _____

11. Quais espaços culturais de Campo Grande você frequenta?

- a) Museus ()
 b) Bibliotecas ()
 c) Feiras culturais ()
 d) Casa do artesão ()
 e) Morada dos Baís ()
 f) Armazém cultural ()
 g) Outros ()

12. Você participaria de um programa de educação patrimonial, para obter mais conhecimento sobre esta temática?

- a) () Sim
 b) () Não

13. Quando você recebe pessoas de outras cidades, costuma levar para conhecer algum monumento, museu ou patrimônio arquitetônico?

- a) () Sim: _____
 b) () Não: _____

14. Você já viu algum monumento cultural de Campo Grande depredado?

- a) () Sim: _____

- b) () Não

15. Na sua opinião, qual o símbolo que mais representa a cidade de Campo Grande -MS?

- a) _____

- b) () Não sei.

16. Deseja expressar outras informações?

ANEXO

UNIVERSIDADE CATÓLICA
DOM BOSCO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Patrimônio Arquitetônico e Cultural da Área Central de Campo Grande na Perspectiva da Memória e do Desenvolvimento Local.

Pesquisador: Laura Urquiza

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 75005317.1.0000.5162

Instituição Proponente: Universidade Católica Dom Bosco

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.282.276

Apresentação do Projeto:

SEGUE O PADRÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E ESTÁ MUITÍSSIMO BEM ELABORADO

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a cultura e a memória dos patrimônios arquitetônicos e culturais da região central de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil, contextualizando o Desenvolvimento Local.

Objetivo Secundário:

Identificar os patrimônios arquitetônicos, monumentos e museus da região central de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil, visando a

possibilidade de preservação e conservação dos mesmos (Figura 1); Identificar o conhecimento e o reconhecimento da população de Campo

Grande com relação aos patrimônios arquitetônicos e culturais da região central da cidade; Elaborar um catálogo dos patrimônios para posterior

divulgação, principalmente em escolas do Ensino Fundamental, objetivando a educação patrimonial a fim de incentivar a conservação dos mesmos

Endereço: Av. Tamandaré, 6000

Bairro: Jardim Seminário

CEP: 79.117-900

UF: MS

Município: CAMPO GRANDE

Telefone: (67)3312-3723

E-mail: cep@uodb.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO



Continuação do Parecer: 2.282.276

em longo prazo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

NÃO HÁ RISCOS

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A PESQUISA VERSA SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL EM CAMPO GRANDE EM CUJO CONTEXTO REVELA MUITA IMPORTÂNCIA.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TODOS OS ITENS FORAM ATENDIDOS E ESTÃO DE ACORDO

Recomendações:

NÃO HÁ RECOMENDAÇÕES A SEREM FEITAS

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A PROPOSTA PODE SER APROVADA

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado acompanha o voto do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_977855.pdf	30/08/2017 09:52:53		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_FormularioGoogle.pdf	30/08/2017 09:51:52	Laura Urquiza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_FormularioPresencial.pdf	30/08/2017 09:51:34	Laura Urquiza	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCompleto.pdf	30/08/2017 09:51:19	Laura Urquiza	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	30/08/2017 09:50:58	Laura Urquiza	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Av. Tamandaré, 6000

Bairro: Jardim Seminário

CEP: 79.117-900

UF: MS

Município: CAMPO GRANDE

Telefone: (67)3312-3723

E-mail: cep@ucdb.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA
DOM BOSCO



Continuação do Parecer: 2.262.276

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

CAMPO GRANDE, 18 de Setembro de 2017

Assinado por:
Márcio Luís Costa
(Coordenador)

Endereço: Av. Tamandaré, 6000

Bairro: Jardim Seminário

CEP: 79.117-900

UF: MS

Município: CAMPO GRANDE

Telefone: (67)3312-3723

E-mail: cep@ucdb.br